



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 111

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 15 DE SETEMBRO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Alysson Wandscheer - Douglas Fabrício - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 111

101ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva..... 02

Presenças..... 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Requerimentos 03

Projetos de Lei 05

Pequeno Expediente:

Dep. Geraldo Cartário..... 08

Dep. Tadeu Veneri..... 10

Dep. Elio Rusch 11

Dep. Valdir Rossoni 14

Dep. Antonio Belinati 15

Grande Expediente:

Dep. Luiz Claudio Romanelli 17

Horário das Lideranças:

Liderança do PDT

Dep. Geraldo Cartário 08

Liderança do DEM

Dep. Elio Rusch..... 11

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni 14

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 16

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello..... 21

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel 22

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 23

Discussão/Votação

1ª Discussão 23

Redação Final 27

Discussão Única (Proposições).. 27

Requerimentos 28

Encerramento da Sessão 28

Publicações:

Atas de Comissões

Educação, Cultura, Esportes,

Ciência e Tecnologia..... 28

Redação 29

DIÁRIO Nº 111

101ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

ATA DA 101ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2008

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Carlos Simões e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Alysson Wandscheer, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Carlos Simões, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson

Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Plauto Miró, Ribas Carli Filho, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni (37).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Luiz Accorsi, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Luiz Eduardo Cheida, Nereu Moura, Pedro Ivo, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (10).

Em licença as Sras. Deputadas: Beti Pavin e Rosane Ferreira e os Srs. Deputados: Dr. Batista, Edgar Bueno, Elton Welter, Enio Verri e Reni Pereira (07).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2416

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a inversão total da pauta da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 15/09/08.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 2411

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120, do Regimento Interno, REQUER, a anexação dos Projetos de Lei nº 164 e 328/08, que objetivam declarar de utilidade pública o Centro de Atendimento para Jovens e Adultos Especiais - CAJAE.

Sala das Sessões, em 15/09/08.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 2417

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120, do Regimento Interno, REQUER, a anexação do Projeto de Lei nº 330/08, aos Projetos de Lei nºs 042 e 043/07, já anexados.

Sala das Sessões, em 15/09/08.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 2401

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta Casa de Leis, de voto de congratulações e aplausos, à Comissão Central Organizadora, Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, Entidades Sociais e Beneficentes e população do município de Maripá, pela realização da 11ª Festa das Orquídeas e do Peixe, nos dias 28 a 31/08/08.

Um município ainda novo, que tem um povo feliz e trabalhador, unido e solidário, que em conjunto com suas lideranças e autoridades do Executivo e Legislativo, tem demonstrado com muito trabalho e dedicação o seu valor e potencial no desenvolvimento e crescimento de sua terra.

Maripá - Cidade das Orquídeas, da Festa do Peixe, da Prova já considerada Internacional de Arrancadão de Tratores, cujo município é exemplo de produção agropecuária com culturas e atividades diversificadas que agregam valores aos seus produtos, é uma referência muito positiva para a região e o estado do Paraná.

Nossos aplausos e parabéns para o Prefeito Henrique Ludowigo Deckmann, para o Presidente da Câmara Ilário Kruger e Vereadores, para o Presidente da Comissão Central Organizadora-CCO, Euclides Kreutz e todos os seus colaboradores, para as entidades sociais e beneficentes, funcionários da Prefeitura, voluntários, empresas, enfim, parabéns e aplausos ao povo de Maripá, pela excelente e animada Festa das Orquídeas e do Peixe.

Requer, outrossim, seja dada ciência para Henrique Ludowigo Deckmann, Prefeito Municipal; Ilário Kruger, Presidente da Câmara Municipal; Euclides Kreutz, Presidente da Comissão Central Organizadora-CCO.

Sala das Sessões, em 15/09/08.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 2414

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o registro de votos de congratulações ao município de Ponta Grossa, pela passagem de seu 185º aniversário de emancipação política.

Requer ainda, seja dada ciência ao Prefeito Municipal e a Câmara de Vereadores do referido município.

Sala das Sessões, em 15/09/08.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 2402

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Sr. Marcírio Machado Sobrinho.

Sala das Sessões, em 15/09/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Marcírio Machado Sobrinho, 42 anos, nascido em Curitiba, três filhos: Augusto, Arthur e Victor.

Formado no curso de Direito, chefe de gabinete do Secretário de Relações com a Comunidade, atua nas áreas de gestões públicas, administrativas e planejamento, coordenou o Paraná em Ação 2008, projeto da Secretaria Especial de Relações com a Comunidade, que tem como finalidade proporcionar acesso à cidadania, saúde e inclusão social além de oficinas. A comunidade pôde usufruir com serviços totalmente gratuitos. Mais de 50 mil pessoas passaram pelo Paraná em Ação que encerrou suas atividades com mais de 170 mil atendimentos, em frente ao Palácio Iguaçu, Centro Cívico, em Curitiba.

Além de coordenador do Projeto Paraná em Ação, segue experiência profissional:

- Assessor da Presidência do BANESTADO (1983);
- Chefe de Gabinete da RADIPAR atual TVE-Educativa (1984);
- Membro da Assessoria Parlamentar da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (1986);
- Assessor da Diretoria Administrativo-Financeiro da COHAPAR (1987);
- Assessor da Presidência da COHAPAR (1988);
- Adido da COHAPAR em Brasília (1990);
- Assessor Parlamentar da COHAPAR (1994);
- Assessor da Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná (1996);
- Responsável pelas regularizações de áreas da Coordenadoria do Patrimônio do Estado do Paraná (1997);
- Gerente Geral da COHAPREV - Previdência Privada dos Funcionários da COHAPAR (2001);
- Diretor da Associação dos Funcionários da COHAPAR (2001);
- Atualmente Chefe de Gabinete do Secretário de Relações com a Comunidade (2002);
- Coordenador do Programa Paraná em Ação (2004).

REQUERIMENTO Nº 2405

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e con

gratulações, a Dom Pedro Fedalto.

Sala das Sessões, em 15/09/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Dom Pedro Fedalto, Bispo desde 1966 e Arcebispo de Curitiba por 33 anos é um sacerdote de particular visibilidade e apreciação no Vaticano, formado em Filosofia e Teologia, é um conciliador, defensor de direitos humanos, da liberdade religiosa e da liberdade política, daquilo que acredita ser inadmissível em matéria de fé, não sendo um modernista em matérias litúrgicas, é, no entanto, entusiasta de novas pedagogias de evangelização. Historiador da Igreja no Paraná, tem além de paciência beneditina para embrenhar-se em arquivos, também uma memória prodigiosa. Pastor com as qualidades da inteligência e do equilíbrio, homem prudente e conciliador.

REQUERIMENTO Nº 2406

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, à Sra. Fernanda Bernardi Vieira Richa.

Sala das Sessões, em 15/09/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem à Sra. Fernanda Bernardi Vieira Richa, Diretora-Presidente da FAS - Fundação de Ação Social de Curitiba, voz mais próxima e a mais fiel interlocutora dos necessitados junto ao poder público, com programas bem definidos, como o Ônibus de Importados, Jogos Especiais de Curitiba, Campanha Doe Calor, Criança quer Futuro, Amigo Curitiba entre dezenas de outros que definem uma peculiar pedagogia de trabalho, procurando sempre o engajamento de todos para o bem comum, sempre com espírito discreto e organizada, correta em suas atitudes em que o moral e o legal são indissociáveis, suas vitórias, são as da população mais carente de Curitiba, retirando-os do anonimato, dando-lhes atenção, sendo o ombro amigo daqueles que tanto necessitam.

REQUERIMENTO Nº 2407

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, à Sra. Fani Lerner.

Sala das Sessões, em 15/09/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Fani Lerner que formou-se normalista pelo Instituto de Educação do Paraná, tendo cursado posteriormente Psicologia, tornando-se professora concursada do Grupo Escolar Itacina Bittencourt; ganhadora do Prêmio Kellogg's de 2003, entregue em Columbus, Ohio, Estados Unidos, uma espécie de Prêmio Nobel de reconhecimento aos que fazem muito pela

infância no mundo inteiro. Conhecida como “mãe dos descamisados”, liderou o voluntariado da PROVOPAR Curitiba e Paraná, criando inúmeras creches em Curitiba e nos demais municípios do estado, sempre inovando nas idéias e programas como o Projeto PIÁ, Vale Creche, Creches Comunitárias e Creches Públicas, devotada às causas da criança, socorreu também aos idosos e as famílias carentes de nosso estado.

REQUERIMENTO Nº 2408

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Dr. Hamilton José Klein.

Sala das Sessões, em 15/09/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. Hamilton José Klein, Delegado da Polícia Federal atuante na área de repressão a entorpecentes, tendo agido nos estados do Espírito Santo, Acre, São Paulo e Rio de Janeiro como Chefe de Repressão a Entorpecentes e Chefe de Inteligência Policial, é graduado pelo DEA - Departamento de Repressão a Entorpecentes dos Estados Unidos e ERCAIAD/OEA - Escola Regional de Inteligência dos Países Andinos com sede em Santiago do Chile. Sua capacidade de trabalho em equipe e seus conhecimentos na área de repressão ao narcotráfico, estão sendo emprestados atualmente à Secretaria Municipal Antidrogas, demonstrando que a experiência e o conhecimento adquiridos são de grande importância para a ajuda da sociedade, à qual tanto se dedica, na busca da solução para um problema que afeta a todos, demonstrando seu senso do bem comum e de solidariedade.

REQUERIMENTO Nº 2409

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Sr. Ernani Buchmann.

Sala das Sessões, em 15/09/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Ernani Buchmann, publicitário, repórter-históriógrafo, acadêmico, “imortal” da Academia Paranaense de Letras, é agora o entusiasta daquele espaço de debates literários e, dirigente futebolístico que presidiu o Paraná Clube, outra face notória é a de comunicador social como narrador de futebol, que continuou numa sucessão de jornais, revistas e televisão, dono de itinerário em publicidade que o torna verbete definitivo da propaganda paranaense, a sua vocação de administração cultural permitiu conseguir implantar o projeto de restauro da confeitaria Schaffer, parte da história de Curitiba.

REQUERIMENTO Nº 2410

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Dr. Euclides Scalco.

Sala das Sessões, em 15/09/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. Euclides Scalco, formado no curso de Farmácia e Bioquímica, profissão que exerceu em Francisco Beltrão onde elegeu-se para Vereador e posteriormente para Prefeito, iniciando assim sua carreira política de sucesso, passando pela suplência do Senado, Deputado Federal, tendo sido inclusive Deputado Constituinte, direção geral da Hidrelétrica de Itaipu e Ministro da Secretaria Geral da Presidência da República; honesto, ético e bem articulado politicamente, é uma mente inquieta, que sobre amplas realidades se informa e debate. Exercendo com maestria sua capacidade de liderança, presidiu a Associação dos Amigos do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná, esta biografia começou a construir na juventude, tornando-se um nome nacional de respeito e credibilidade.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 382/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual a SISALON - Sistema Integrado de Saúde de Londrina, com sede e foro no município de Londrina no estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15/09/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A SISALON - Sistema Integrado de Saúde de Londrina é uma instituição de direito privado, organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, voltado exclusivamente para prestação de serviços nas mais variadas atividades de caráter beneficente, promocional, e outras, para desenvolver integralmente a pessoa humana, resgatar a sua dignidade e conquistar a meta de auto-sustentação.

Objetivos:

- Desenvolver atividades de saúde e assistência social;
- Promover serviços de atendimento gratuito da saúde conforme legislação vigente;
- Promover serviços voluntariados;
- Desenvolver atividades de nutrição, amamentação, saúde da família e segurança de trabalho;
- Organizar treinamentos e atualização profissional;
- Organizar seminários, congressos, feiras e eventos voltados ao setor de saúde;

- Desenvolver e administrar programas e projetos de suporte às atividades de saúde e de assistência social, idoso, jovens, família e crianças;
- Organizar, participar e promover campanhas e programas de prevenção;
- Desenvolver estudos, projetos e pesquisas na área de saúde, alimentação, medicina do trabalho e assistência social;
- Realizar interface com setor de educação e organizar clínicas escolas;
- Desenvolver atividades de assistência à saúde da família;
- Integrar com as atividades governamentais;
- Organizar serviços complementares de saúde;
- Promover o voluntariado.

PROJETO DE LEI Nº 383/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a associação denominada Associação de Moradores e Amigos da Localidade de São Pedro do Capiuru - AMASPC, com sede e foro no município de Rio Branco do Sul no estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15/09/08.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

Em conformidade com a Lei nº 6994/78 com as alterações dadas pelas Leis nºs 8589/87 e 12816/99, que dispõem sobre as normas para a declaração de utilidade pública de sociedades civis, associações e fundações constituídas no estado do Paraná, estamos apresentando o presente projeto de lei, para declarar de utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos da Localidade de São Pedro do Capiuru - AMASPC, com sede e foro no município de Rio Branco do Sul no estado do Paraná.

Fundada em 20/04/06, é uma associação civil sem fins econômicos, políticos, partidários, ou religiosos, com prazo indeterminado de duração. De acordo com o seu estatuto tem como objetivo e finalidade: promover e contribuir para a formação e desenvolvimento de vida comunitária, cultural, social, econômica e bem-estar dos moradores da Associação, representando-os em suas reivindicações junto aos poderes constituídos, desenvolver trabalho com crianças, adolescentes e idosos proporcionando-lhes uma melhor qualidade de vida, desenvolver cursos de capacitação aos jovens e idosos, desenvolver atividades esportivas, administrar creche comunitária, promover a defesa e o direito da pessoa idosa, etc.

Estando o projeto em conformidade com a legislação pertinente, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 384/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído, no currículo escolar do ensino fundamental de 5ª a 8ª série da rede estadual de ensino do Paraná, o conteúdo que trata de política e cidadania, nos termos desta lei.

Art. 2º A temática deste ensino deverá integrar a disciplina de história do ensino de 5ª a 8ª série, de forma sistemática e permanente, como conteúdo e não disciplina.

Art. 3º Na rede estadual de ensino o conteúdo deverá versar sobre temas como:

- a) a organização social brasileira;
- b) a organização político-brasileira;
- c) conceitos, funções e elementos constitutivos do estado tais como o Governo, população, território e soberania;
- d) a organização do estado e seus Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário);
- e) a organização do estado através de suas Constituições e Lei Orgânica dos municípios;
- f) os direitos e deveres inerentes ao cidadão brasileiro;
- g) o hino nacional, paranaense, municipal e as bandeiras.

Parágrafo Único. As atividades relacionadas à implementação dos respectivos temas deverão guiar-se pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, Constituição Federal, Constituição Estadual e Lei Orgânica de cada município.

Art. 4º O processo de implementação da presente lei para a implantação do programa passará por discussão colegiada, proposta em reunião, via Conselho Estadual de Educação, que corrobore a validade pedagógica do conteúdo no espaço curricular.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a data de sua publicação.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15/09/08.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

A proposta apresentada visa instituir o conteúdo de política e cidadania dentro da disciplina de história, no currículo escolar da rede estadual de ensino do Paraná.

A iniciativa apresentada tem como principal objetivo a conscientização dos alunos sobre a história da civilização no Paraná, incentivando o patriotismo, o civismo

e os valores éticos e morais que, como cidadãos, devem ser priorizados. Com acesso aos livros das Constituições (Federal e Estadual), a Declaração Universal dos Direitos Humanos e as Leis Orgânicas referentes a cada município, os alunos terão ciência de direito e deveres inerentes a eles como cidadãos, o que, infelizmente, não ocorre atualmente.

Os temas apresentados pela presente lei, onde estão entre eles: a organização social brasileira, a organização político-brasileira e a organização do estado e seus Poderes objetivam o conhecimento dos alunos com relação à organização do estado no aspecto social, já que estes são temas de conhecimento básico que qualquer cidadão, no exercício de seus direitos e deveres, deve ter acesso, para uma melhor compreensão dos acontecimentos sociais do país e do estado.

A importância que as crianças conheçam e cantem o hino nacional, paranaense e municipal, na cidade em que a escola for situada, desenvolve uma noção de cidadania e cultura. Sendo que o assunto é amplamente discutido, e em sua maioria, os professores concordam sobre o grande valor de discutir sobre a existência de diferentes culturas, lugares e línguas, e que elas estão associadas a um hino e uma bandeira, dando uma noção do significado de nação aos alunos, sendo que tudo isso deve ser passado de uma forma crítica, trabalhando o civismo. A instituição desse conteúdo, trabalhando todo o exposto, tratará da importância do voto de cada um no sistema político, tentando extinguir a ignorância que uma parte da população infelizmente tem com relação a essa tema.

Portanto, a instituição desse conteúdo proporcionará enfáticas melhorias na vida civil, social e moral dos alunos, além da conscientização da importância do conhecimento sobre esses temas. Desta forma, esperamos o devido apoio e a conseqüente aprovação dessa colenda Casa ao projeto de lei apresentado.

PROJETO DE LEI Nº 385/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Dr. Clemerson Merlin Clève.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15/09/08.
(aa) DURVAL AMARAL
NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

É com muita honra e satisfação que tomamos a iniciativa legislativa de propor aos nobres Parlamentares desta Assembléia Legislativa a aprovação da concessão do título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Dr. Clemerson Merlin Clève, por se tratar de ato de reco-

nhecimento de elevadíssimo mérito, em função dos relevantes serviços prestados por ele ao estado do Paraná.

Nascido em 21/11/58 em Pitanga, Paraná, cursou o primário no Colégio Santa Terezinha, em Pitanga e no Colégio Santa Marcelina em Piraí do Sul e o antigo ginásio no Colégio Estadual Jorge Queiroz Neto em Piraí do Sul e no Colégio Estadual Raul Rodrigues Gomes, em Ivaiporã. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná (1980), Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (1983) e Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1992).

Enquanto estudante de Direito destacam-se sua aprovação no concurso público para provimento do cargo de Auxiliar Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho - 9ª Região em 1977 e a aprovação em 2º lugar, entre as 1470 inscritos, no concurso público para provimento de cargo de Auxiliar Judiciário do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná em 1980. Foi ainda estagiário do Sistema Penitenciário do Estado, em 1977 e monitor do Departamento de Direito Público da UFPR.

Após sua graduação foi aprovado em 2º lugar no concurso público promovido pelo departamento de Direito Público da UFSC, para professor assistente em 1983, em 1º lugar no concurso público promovido pelo departamento de Direito da Faculdade de Direito da UFPR para o provimento do cargo de professor, em 1985, em 1º lugar no concurso público realizado em 1986, para provimento de cargos de Procurador do Estado do Paraná, em 1º lugar no concurso público realizado em 1988/1989 para provimento de cargos de Procurador da República e também em 1º lugar no concurso público realizado em 1995 pela Universidade Federal do Paraná, para professor titular de Direito Constitucional.

Atualmente é professor titular de Direito Constitucional da Universidade Federal do Paraná (graduado, mestrado e doutorado) e professor titular de Direito Constitucional no curso de Mestrado da UNIBRASIL. Membro da Comissão Permanente de Direito Constitucional do Instituto dos Advogados do Brasil. Membro de diversos conselhos editoriais de publicações na área do direito constitucional. Advogado em Curitiba, na área de Direito Público, já defendeu por várias vezes o estado do Paraná. Procurador do Estado do Paraná (licenciado). Autor de livros e artigos sobre temas relacionados à Constituição. Recebeu em 2002 o título de Cidadão Benemérito da cidade de Pitanga.

Pelo que representa para a comunidade paranaense a trajetória de vida do Dr. Clemerson Merlin Clève, acreditamos ser merecedor de receber esta homenagem que propomos a esta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 386/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública à Asso-

ciação Beneficente Casa do Idoso São Francisco de Assis da Vila Borato-Real, com sede e foro no município de Ponta Grossa/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15/09/08.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

Nas sociedades orientais, o idoso é valorizado pela sua sabedoria e pelo acúmulo de conhecimentos que detém. Essa concepção prevaleceu por algum tempo também em algumas sociedades ocidentais mais antigas. Na atualidade, os idosos passam por inúmeras situações de descaso e, até mesmo, desprezo culminando com a exclusão social dos mesmos, por serem, considerados improdutivos por uma grande parcela da sociedade. O que nos preocupa ainda mais é o estudo realizado pela Fundação Perseu Abramo, onde relata que o envelhecimento da população é uma realidade e aponta seu crescimento de 8% para 16% nos próximos 25 anos.

A Associação Beneficente Casa do Idoso São Francisco de Assis da Vila Borato-Real, entidade beneficente e sem fins lucrativos, criada oficialmente em 14/01/98, que exerce suas atividades há mais de 10 (dez) anos, oferecendo à comunidade da terceira idade, residente na Vila Borato e região, a defesa e a garantia dos princípios norteadores do estatuto do idoso, vem se preocupando e desenvolvendo diversas atividades ligadas à vida ativa na melhor idade.

A Casa do Idoso São Francisco estabelece várias parcerias em suas ações, como por exemplo, juntamente com a Universidade Estadual de Ponta Grossa.

A entidade já possui o título de Utilidade Pública Municipal, desde 16/12/98.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não há Expediente a ser lido. Passamos ao Pequeno Expediente.

No Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Geraldo Cartário.

Deputado Geraldo Cartário (PDT)

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Há uns tempos vim a esta tribuna, porque um dos jornais insinuava algo contra a memória do nosso amigo Aníbal Khury.

E hoje trago um jornal que tem a foto do Governador Jaime Lerner. Esse jornal de ontem fala, entre outras coisas, de quadrilha do Governador Jaime Lerner.

Gostaria de deixar registrado nesta Casa que o Governador Jaime Lerner, aqui em Curitiba, é homem do voto consolidado. Acredito que quando o Governador

Jaime Lerner resolver ser Prefeito de Curitiba, não tem para ninguém, porque conheço a história de Curitiba. Antes eu saí daqui do centro para ir à Fazenda Rio Grande, não tinha via rápida, não tinha via lenta. Quem ia para Pinhais, Colombo, Almirante Tamandaré, não existia nada. Em Curitiba só existia a Marechal Floriano.

O Jaime Lerner foi um Prefeito que transformou Curitiba. Homem honesto. Foi um Prefeito que nunca se elegeu numa onda. Ele se elegeu com trabalho, com dignidade, com muita responsabilidade e criatividade. Jaime Lerner foi responsável pelo surgimento do Parque Industrial de Curitiba. As obras que existem, que os estrangeiros conhecem em Curitiba, são obras do Prefeito Jaime Lerner. Mas ele foi sacrificado. Quando ele assumiu o Governo do Estado teve como Presidente da República o carrasco do Paraná.

Gostaria que o Paraná, que está nos assistindo, saiba que o nosso estado teve um carrasco na vida. O carrasco do Paraná foi Fernando Henrique Cardoso. Foi ele que acabou com o BAMERINDUS, acabou com o BANESTADO e acabou trazendo o pedágio, tão conhecido pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli, visto que as estradas federais estavam abandonadas no Paraná. Não havia recursos e o Governador Jaime Lerner teve que engolir o pedágio. Não havia outra solução.

Sr. Presidente, além de tudo isso, vou citar algumas datas para que não haja dúvidas nas interpretações. A liquidação do BAMERINDUS começou em 1996, estendendo-se por quase dois anos. Em 1998, concretizou-se a venda para o HSBC, no Governo de Fernando Henrique Cardoso. A venda para o Banco Itaú foi feita no ano 2000. A tentativa da venda da COPEL foi no ano de 2001. Tudo sob a tutela de Fernando Henrique Cardoso.

Mandatos do Governo Federal e do Governo Estadual: 1998. Na época da venda do BAMERINDUS, era Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em seu primeiro mandato; e Governador do Paraná, Jaime Lerner, em seu primeiro mandato. Ano 2000, na época da venda do BANESTADO, era Presidente da República Fernando Henrique Cardoso e, em seu segundo mandato, o Governador do Paraná era Jaime Lerner.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

V. Exa. passa a usar o horário do PDT.

Passa a usar o horário da Liderança do PDT

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Muito obrigado.

Sr. Presidente, gostaria de lembrar que, há poucos dias, teve uma grande festa aqui em Curitiba. Lideranças do PSDB aqui desembarcaram. Dentre elas - não tenho problema de partido, mas falo em termos de pessoas, é que o nosso Senador Osmar Dias lutou, trabalhou muito para que os royalties de energia, ou seja, onde é gerada a

energia, prevalecesse, Sr. Presidente - o Senador daquela época, e hoje Governador de São Paulo, que esteve aqui, conseguiu como lobista dar um prejuízo ao Paraná, fantástico.

Vejam: na Constituição de 1988, por ocasião da promulgação da Constituição Federal, o então Senador por São Paulo, José Serra, foi quem sugeriu a retirada do pagamento dos royalties sobre a produção de energia elétrica. Era paga na origem, Sr. Presidente, substituindo pelo pagamento na ponta, ou seja, para pagamento na venda, beneficiando o estado de São Paulo, causando prejuízo de milhões e milhões de dólares ao Paraná. O Senador Osmar Dias lutou para que não acontecesse. O Senador José Serra conseguiu levar a melhor. O Paraná perde, São Paulo ganha.

Todos nós Deputados, que defendíamos o Governador Jaime Lerner, soubemos da dificuldade que Jaime Lerner teve em conseguir trazer as indústrias para cá.

Sr. Presidente, V. Exa. que era Secretário da Indústria e Comércio, poderia fazer um pronunciamento nesta Casa, durante este ano ou ano que vem, para que ficasse nos Anais da história desta Casa, a revolta dos paulistas, a revolta de São Paulo ingressando com ações na Justiça contra o Governo de São Paulo, porque São Paulo começou a industrializar o Paraná.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta foto o Jaime Lerner não merece. Esta foto de quadrilheiro o Jaime Lerner não merece. O Jaime Lerner foi vítima de uma reeleição, Sr. Presidente. Coisa absurda. Eu queria saber quais os Prefeitos que estão disputando a reeleição e que irão perder a eleição. Gostaria que os Deputados me trouxessem o nome dos Prefeitos que estão disputando reeleição, que estão ameaçados de perdê-la. Eu pouco conheço.

Sr. Presidente, lá em São Paulo tem um Prefeito que assumiu no lugar do Serra, tem um ano e pouco como Prefeito de São Paulo, ele é do DEM, Partido Democrático do Elio Rusch. Esse Prefeito apareceu para o Brasil inteiro xingando e tirando quase a socos um doente de uma unidade de saúde. No entanto, Sr. Presidente, o milagre da reeleição é tão grande, é tão desonesto, é tão captador de votos, que até em São Paulo, esse Kassab vai ser o Prefeito reeleito. Satisfação para V. Exas. que são do Partido Democrático. Mas, esse Kassab será reeleito apenas porque está em cima de uma figura triste para a política do Brasil, que é a reeleição.

Sei que esta Casa tem sido um laboratório de muitas coisas boas. Gostaria que esta Casa criasse uma comissão, eu gostaria de integrá-la, para que levássemos a Brasília, na reforma política eleitoral, para que seja excluída a figura da reeleição. É uma vergonha o que está acontecendo. Se até o Kassab vai ganhar em São Paulo, vai ganhar de quem? Do homem íntegro e honesto, que é Geraldo Alckmim, ele já está superando-o. Geraldo Alckmim foi Governador de São Paulo, um dos bons Governadores, foi candidato à Presidência da República, e está perdendo para o Kassab, o homem que chutou, em

um posto de saúde, um doente. Por quê? Porque é reeleição.

Sr. Presidente, queria dizer mais ainda: a euforia que está chegando a certos setores da vida pública se deve, única e exclusivamente, ao cargo que a pessoa está ocupando momentaneamente. Se o Governador Requião não estivesse sentado na cadeira do Palácio Iguaçu, o Osmar Dias não teria perdido para ele, porque a diferença foi de apenas 10 mil votos. Então, não se iludam aqueles que estão sentados e com a pesquisa lhes dando um percentual muito grande, porque na hora que deixarem o cargo, na hora em que renunciarem para serem candidatos, ou na hora em que findarem os mandatos, acaba tudo. Não existe mais a presença de paulistas aqui em Curitiba para trazerem milagres.

Olha, a reeleição, Sr. Presidente, é tão violenta que tivemos, o Cássio Taniguchi não foi reeleito? Quantos votos ele fez para Deputado Federal depois de reeleito? Fez menos do que era para Estadual. O Rafael Greca só não foi reeleito porque não podia, não tinha reeleição, mas quando saiu da Prefeitura fez 200 e poucos mil votos para o Deputado Federal. Quantos votos ele fez para Deputado Estadual? Não o suficiente para ser eleito. Reeleição, nós tivemos o exemplo nesta Casa do brilhante Governo do primeiro mandato do Jaime Lerner. No segundo, ele foi tão traído por Brasília, por Fernando Henrique Cardoso, que saiu do jeito que saiu, lamentavelmente. E o Requião vai ser vítima também da reeleição. E o Prefeito de Curitiba, tenho certeza, e se dependesse do meu voto, ele seria eleito não com 70%, mas com 80% ou mais, porque foi nosso companheiro, é companheiro, é leal, é honesto, é digno de ser reeleito, só que ele será vítima dessa figura, dessa palavra reeleição. Ele será uma das próximas vítimas da reeleição, como foi o seu amigo Fernando Henrique Cardoso e tantos e tantos outros.

Sr. Presidente, por isso vim aqui nesta tarde, para registrar a minha admiração, o meu respeito e a minha lealdade ao Jaime Lerner. Ele não merece, Sr. Presidente, estar estampado nos jornais como algo que ele tenha feito de errado. Foi um dos melhores Governos do Paraná, sem dúvida nenhuma. Se não fosse o Jaime Lerner, hoje, quando os preços da nossa agricultura caem - não caíram, mas já houve uma ameaça - entraríamos em desespero. As prefeituras ficariam: "Mas o ICMS caiu." O ICMS do Paraná, Sr. Presidente, não cai mais, porque teve o Jaime Lerner à frente do Paraná.

Não tenho vergonha de falar do Jaime Lerner. Não fui seu Secretário, não participei do seu Governo, apenas fui liderado pelo Rossoni e pelo Algaci Túlio. Eu acompanhava e votava. Os Deputados sabem que eu não era frequentador da casa do Jaime Lerner e nunca fui frequentador assíduo de Palácio ou de Secretaria. Fui na sua Secretaria, Nelson Justus. Não sou de ir em Secretaria. Acho que com essa facilidade de comunicação, resolvemos por telefone. No entanto, uma das maiores injustiças é o que se está cometendo com Jaime Lerner.

Sr. Presidente, será que ficaria muito mal para nós, no Paraná, mostrarmos a nossa solidariedade ao Jaime Lerner? Pelo que Jaime Lerner fez como Prefeito por Curitiba? Nunca existirá um Prefeito como ele. Vocês sabem o que é desapropriar avenidas, ruas, casas, para abrir avenidas rápidas e lentas de um lado e do outro, saindo de Curitiba? Para desapropriar um lote, vocês sabem da dificuldade que existe. Acho que é uma questão de honra. O Jaime Lerner já passou dos 70 anos de idade. Ele não merece isso aqui.

Temos que nos auto-afirmar com independência nesta Casa. Não podemos nos curvar nem para o Tribunal de Justiça, nem para o Ministério Público e nem para a imprensa. Temos que defender homens honrados, que fizeram a história do nosso Paraná. Jaime Lerner fez a história do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, Deputado Valdir Rossoni. Antes o Jocelito Canto tem a palavra, pela ordem.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, para registrar hoje os 185 anos da nossa querida cidade de Ponta Grossa. Houve um belo desfile que acabou agora há pouco. Fica esse registro aqui, um voto de louvor de todos nós à Ponta Grossa, a todos aqueles que dirigem a nossa cidade e a todo o nosso povo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente registrado. As homenagens da Casa à Ponta Grossa.

Com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Vi no dia de ontem, Deputado Rossoni, uma matéria que me chamou bastante a atenção e que vem sendo motivo de debate nesta Casa, diretamente ou indiretamente. Saiu nos jornais aqui do nosso estado uma afirmação daquilo que já há alguns anos, também estávamos levantando, que é a quantidade de cargos, Deputado Antonio Belinati, de cargos comissionados que temos nas três esferas, estadual, municipal e federal dos três Poderes.

Hoje, com a Súmula Vinculante nº 013, que determinou que não é legal e não é possível mais que tenhamos as pessoas ligadas consaguinamente ou colateral, os chamados familiares, em cargos nestes aspectos públicos, o que está se fazendo é transferir esse tipo de função que essas pessoas tinham, para cargos comissionados em outros órgãos.

Então, estamos vendo que algumas pessoas que em determinados estados ou em determinadas cidades não podiam mais ficar na Prefeitura ou na Câmara de Vereaa-

dores, acabam sendo alocadas ou em um ou em outro espaço, através de cargos comissionados, ou vai para um Tribunal, ou vai para um outro espaço, vem para um espaço diferenciado.

A verdade é que sempre está se encontrando um jeito de fazer com que aqueles que, até por serem apadrinhados, estejam numa relação de parentesco, exercendo determinadas funções, ao não poderem fazer isso, acabam assumindo cargos em comissão. E cargos em comissão de livre provimento é o que mais temos no Brasil.

Eu vi ontem que o Governo Federal, por exemplo, dos 529 mil cargos que tem, tem 20 mil cargos de livre provimento. Que o Senado, dos 3 mil 461 cargos, em 2 mil 785 que são cargos de provimento. E da Câmara Federal, de 3 mil e 500, tem 1 mil 270 que são livre provimento, ou seja, tem 4 mil 770 funcionários, 1 mil 270 são comissionados de livre provimento.

Isto faz com que tenhamos uma distorção, porque assim como nas Assembléias, assim como no Governo Federal, nos Governos Estaduais, nos Governos Municipais, muitas vezes temos uma proporção de cargos de livre provimento, que serve muito mais para fazer com que as pessoas ao não poderem ficar mais exercendo a sua função por conta da Súmula nº 013, abram-se esses espaços para que as pessoas possam, a partir dali, continuar ou recebendo, ou trabalhando, ou só trabalhando e recebendo, às vezes nem trabalhando, apenas recebendo.

Mas, acho que isto abre um debate aqui, Deputado Belinati, que certamente no Brasil e no Paraná vamos ter que fazer, que é a quantidade de cargos comissionados que temos e é a forma como esses cargos são preenchidos.

Acho que é preciso, sim, que tenhamos um determinado número de cargos comissionados. Acho que é preciso que tenhamos os cargos de confiança, agora, o que tem hoje, Deputada Luciana, é que muitas vezes os cargos em comissão são criados, ou aqueles cargos específicos são criados, na verdade, muito mais para abrigar e para resolver determinadas situações específicas do que propriamente para preencher a necessidade do serviço público. E é patente no Brasil, não está aqui no jornal, mas eu vi um exemplo, a Inglaterra, que tem cerca de 500 comissionados, o 1º Ministro nomeia, outros países que têm 300, 400, os Estados Unidos que tem muito menos que no Brasil, acho que este é um segundo passo que nós, enquanto sociedade, Deputado Praczyk, vamos dar.

Primeiro, sem dúvida nenhuma, insipiente, mas necessário, foi justamente a regulamentação através da Súmula nº 013. Acho que é um passo importante, um passo necessário que ainda deverá, ao longo dos anos, receber uma série de contestações, mas acho que é um passo importante. O próximo passo que me parece tão importante ou até mais, como dizia sempre o Coordenador de uma organização que é conhecida no Brasil todo, que é a Transparência Brasil, que menos importante do que lutarmos contra o nepotismo é lutarmos contra os cargos em comissão de livre provimento, que são feitos a

qualquer hora do dia, a qualquer hora da noite, dependendo do interesse.

Acho que é hora de começarmos a fazer o levantamento desses cargos também em todos os Poderes, no estado do Paraná, no Governo Estadual, na Assembléia, na Câmara de Vereadores, no Tribunal de Contas, no Tribunal de Justiça, onde quer que eles existam.

V. Exa. sabe, Deputado Praczyk, recentemente votamos alguns cargos de livre provimento e acredito que isso fará com que tenhamos uma sociedade mais igual, com um serviço público de melhor qualidade.

E aqui não vai nenhuma crítica individual, absolutamente, até porque seria extremamente leviano, mas acho que hoje está, de fato, acontecendo uma situação muito interessante: o servidor que deixa de poder ocupar, aquele funcionário que deixa de poder ocupar um determinado cargo que alguém da sua família conseguiu para ele, parece que se abrem, como se fosse mágica, cargos em outros espaços, e lá vai ele novamente, às vezes mesmo tendo outra atividade, como é o caso de ter aula durante o dia todo, mas acabam usando este espaço.

Acho que a nossa obrigação, enquanto Parlamentares, é fazer a fiscalização inclusive dessas situações específicas.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Elio Lino Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Eu ouvia o Deputado Geraldo Cartário, que nos antecedeu, que fez considerações ao trabalho desenvolvido pelo Governador Jaime Lerner em relação a industrialização do estado do Paraná. Fui Deputado quando o Lerner se elegeu Governador em 1994, aliás eu me elegi Deputado em 1990, quando Roberto Requião se elegeu Governador pela primeira vez. Fui Deputado da Oposição na época, fui Deputado da Situação nos oito anos de Governo Lerner, e sou Deputado da Oposição, hoje, ao atual Governo. Sou Oposição não pelo fato de querer ser Oposição, é que o regime democrático em que vivemos elegeu o Governador, o qual não apoiamos, e quando eu fui Governo eu apoiei o Jaime Lerner, nas duas eleições.

Já disse desta Tribuna, muitas vezes pagamos um preço, na política, pela nossa lealdade, por aquilo que você é e na forma de você se conduzir na vida pública. Não consigo sentar em duas cadeiras. Aliás, está escrito na Bíblia: *Não se pode servir a dois senhores*. Ou você é Oposição, ou você é Situação! Não consigo entender de outra forma, mas quando você é Oposição, você não é contra tudo o que o Governo faz. Quando você é Situa-

ção, não deve concordar com tudo, você tem que ter o seu posicionamento e tem que defender a sua tese, aquilo que você acha que está correto, ou aquilo que você acha que está errado.

Pois bem, se nós lembramos o Paraná, antes de 1994, e se lembramos o Paraná depois de 2002, temos dois Paranas. Já tenho dito aqui na Assembléia e isso pode e tem me custado caro, mas não tenho duas linhas, não consigo ser diferente, sou o que eu sou. O Jaime Lerner, quando foi Governador, e hoje como ex-Governador, Deputado Rossoni, eu morro defendendo o Jaime Lerner, administrativamente! Politicamente teve seus erros? Teve sim, mas administrativamente quem tirou o Paraná de fundo do quintal de São Paulo e Santa Catarina foi o Governo Jaime Lerner! Não vamos falar de todas as indústrias do Paraná, vamos falar apenas de uma cidade, vamos falar de Ponta Grossa, da querida cidade do Deputado Marcelo Rangel, do Péricles, do Plauto e do Jocelito. Antes de 1992, Ponta Grossa era a 12ª cidade em arrecadação de ICMS no estado do Paraná; hoje Ponta Grossa é a terceira cidade do Paraná em arrecadação. E por que isso? Porque lá se estabeleceram todas as grandes indústrias: a Kaiser, a Sadia que se ampliou, a Continental, a Tetra Pak, a Ita, a Masisa e tantas outras empresas que não só geraram empregos, mas em consequência da instalação dessas empresas lá se construíram hotéis, shoppings centers, faculdades particulares. Eu não sou de Ponta Grossa, a minha é a região oeste do Paraná, mas nós acompanhamos a evolução da economia do estado do Paraná.

Até 1992, Deputado Jonas Guimarães, da nossa querida cidade de Cianorte, do seu irmão o Edno, que foi nosso Deputado, o Paraná, na verdade, até 1982...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

V. Exa. usa o horário dos Democratas?

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Se tiver condições, até o Grande Expediente também faço questão.

Passa a usar o horário da Liderança do DEM

Deputado Nelson Justus, o Paraná gastava em 1994, 70% da sua receita em folha. Olha que os funcionários não ganhavam bem. Hoje o Governo consegue dar um aumento para os funcionários e está dentro da Lei de Responsabilidade, dentro da Lei Camata. Por que isso? Porque mudou o perfil econômico do nosso estado. Como se muda o perfil econômico do nosso estado? Através da industrialização. Está aí a presença do Deputado Eduardo Sciarra, que foi Secretário da Indústria e Comércio, como o Deputado Nelson Justus foi. Dois ex-Secretários de Indústria e Comércio estão presentes, um preside a Sessão e o outro está em Brasília, que trouxeram para o Paraná as grandes indústrias.

Olhem, Srs. paranaenses e Srs. Parlamentares, como o Governo foi criticado naquela época. Deputado Nelson Justus, quando o senhor era Secretário, o Eduardo Sciarra era Secretário, como os homens que estão no Governo hoje criticaram Jaime Lerner, dizendo que estava se oferecendo demais para as multinacionais, para as montadoras, para as indústrias que estavam se estabelecendo no estado do Paraná. Mas, foi graças àquela visão estratégica que se teve no passado, que o Paraná colhe os frutos no dia de hoje. Pena, pena mesmo, que o Governo do Estado do Paraná, depois de 2003, não deu continuidade a esse trabalho que se iniciou no Governo passado. Pena, porque senão o Paraná, com toda a certeza, estaria vivendo outros momentos.

A industrialização do estado, como eu disse, não é só na geração de renda daquela empresa, daquela indústria, mas são as outras empresas que vêm. Se pegarmos aqui São José dos Pinhais, o que era São José dos Pinhais, do nosso querido Deputado Francisco Büher? O que era São José dos Pinhais? Era um município pequeno, sem grande receita, com poucos hotéis, com pouca estrutura. Vieram as montadoras e se mudou o perfil econômico daquele município, se mudou o perfil econômico da região metropolitana de Curitiba, se mudou o perfil econômico no Paraná inteiro, através das agroindústrias que se estabeleceram no nosso estado.

Deputado Nelson Justus, quando nós em 1997, 1998, votamos aqui na Assembleia Legislativa a criação da ParanaPrevidência, se criou a ParanaPrevidência, também criticada por alguns Parlamentares e opositores na época. Mas olha, quem não tem passado, não tem história. Mas, devemos lembrar mais uma passagem: 2003, quando Roberto Requião assumiu o Governo do Estado, a Rede Globo e outras televisões, a nível nacional, fizeram uma reportagem sobre a sobrevivência dos estados em relação aos funcionários da ativa e os inativos. Naquela ocasião, Srs. Parlamentares, a reportagem que veio foi a seguinte: “Dois estados resolveram o seu problema: o Paraná e a Bahia.” Eram os dois estados que tinha implantado o regime da previdência. Aqui no Paraná, em particular, Deputado Fernando Carli, a ParanaPrevidência. Empresa sólida, uma empresa que foi criada não para o Governo da época, mas para os futuros Governos.

O que lemos agora num jornal de grande circulação, a Folha de São Paulo, no dia 13 de setembro, quando fazem um alerta para os estados que têm a previdência própria: eles alertam para o déficit. Dos 27 estados, 21 estão com déficit. O Paraná e mais 15 estados estão com problemas sérios nos seus Institutos de Previdência. E quando nós, há questão de 30 ou 60 dias atrás, levamos aqui na Assembleia Legislativa, quando saiu um dos Diretores da ParanaPrevidência, quando ele alertou o perigo e a dívida que o Governo do Estado tinha com a ParanaPrevidência, nós alertamos aqui na Assembleia e fomos contestados e nos foi informado que o Governo nada deve para a ParanaPrevidência. Mas o que escreve o

jornal Folha de São Paulo é algo preocupante! Até para não cansar os Srs. Parlamentares, gostaria que os Deputados lessem aquela reportagem que saiu em relação ao sistema previdenciário nos estados do Brasil e tirassem as suas próprias conclusões.

Concedo um aparte ao Deputado Plauto Miró.

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM)

Deputado Elio, ouço com atenção seu pronunciamento, e é interessante que no dia de hoje a nossa Ponta Grossa, completando 185 anos, e o senhor relembra os bons tempos que viveu o município de Ponta Grossa quando do Governador do Estado, Jaime Lerner, através do seu Governo, dos seus incentivos fiscais, proporcionou a instalação de grandes indústrias na cidade de Ponta Grossa. O senhor falou da Tetra Pak, uma bela empresa; a Boiler, que faz os carpetes para os carros fabricados aqui em Curitiba; a Masisa, a Continental, a Sadia, e o Deputado Nelson Justus era Secretário da Indústria e Comércio e sabe, fez parte de toda essa história da industrialização de Ponta Grossa. Mas, o senhor esqueceu uma delas, que foi lá no começo do Governo Jaime Lerner, que se chama Kaiser.

Vou relatar rapidamente, porque é uma grande geradora de ICMS para o município de Ponta Grossa. Quando do Governo Pedro Wosgrau, no seu primeiro mandato, a indústria Kaiser queria se instalar no município de Ponta Grossa e lá no ano de 1991 ela pedia para o Governo do Estado alguns incentivos, como a postergação do pagamento do ICMS. O Governador da época se chamava Roberto Requião de Mello e Silva, e lá em 1991 o Requião disse: “Não, não ajudo a instalação de nenhuma grande empresa no estado do Paraná”. O que fez a indústria Kaiser, Deputado Elio Rusch? Imediatamente, transferiu a instalação da sua planta, da sua indústria, lá para a Bahia, para Feira de Santana. E o tempo passou, Ponta Grossa perdeu três anos, e quando o Lerner venceu as eleições em 1994 e assumiu o Governo em 1995, logo depois da sua posse o Governador Lerner foi a Ponta Grossa, o Prefeito da época se chamava Paulo Cunha Nascimento e o Governador autorizou os incentivos para a Kaiser e imediatamente começou a implantação da indústria naquele município, uma grande geradora de ICMS, que também gera centenas de empregos naquele município. Foi uma ação de quem? Do ex-Governador Jaime Lerner. E essas indústrias geram milhares e milhões de impostos para os cofres públicos, não só para o Governo do Estado do Paraná, mas para a nossa cidade de Ponta Grossa.

Então, o grande marco da história de Ponta Grossa, o processo de industrialização, foi todo ele feito pelas mãos do Governador Jaime Lerner, nosso ex-Governador do Estado do Paraná.

Obrigado, Deputado Elio.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Obrigado, Deputado Plauto.

Um outro assunto que gostaria de abordar na Sessão de hoje, foi o que aconteceu no final da semana passada no município de Paranaguá.

O município de Paranaguá tem alguns débitos, como todas as Prefeituras, tem precatórios alimentícios. Existe um débito de 1992 de precatórios alimentícios. A Justiça do Paraná, no mês de maio, pediu a intervenção naquele município, para que fossem pagos esses precatórios, que somam algo em torno de R\$ 35 mil. O curioso é que o pedido estava nas mãos do Governo desde maio e, somente agora, faltando três semanas para as eleições, o Governador Roberto Requião nomeia o interventor no município de Paranaguá para fazer o pagamento desses precatórios.

Sempre tenho dito que decisão da Justiça não se discute, se cumpre. Ah, que bom se o Governo do Estado cumprisse todas as decisões da Justiça. Mas essa ele seguiu para sua hora oportuna, que ele entendeu que fosse o momento político para beneficiar o seu candidato em Paranaguá. Decretou a intervenção no município. Mas o Prefeito de Paranaguá fez o depósito na sexta-feira que, automaticamente, tornou sem efeito e anulou, como o próprio Tribunal de Justiça anulou aquela intervenção naquele município. O mais curioso é que, o Governo do Estado, que nomeou o interventor em Paranaguá para fazer o pagamento de R\$ 35 mil, deve, através do porto de Paranaguá, à Prefeitura de Paranaguá, mais de R\$ 26 milhões de ISSQN. Desde 2003 o Governo do Estado não paga. Isso não se cumpre, não se paga. Agora, fazer intervenção por R\$ 35 mil num momento político? Deixasse passar a eleição!

Talvez esse tenha sido o motivo, que não quero levar e usar todas as palavras que o outro candidato, apoiado pelo Governador, tem falado, e está hoje nos blogs, as considerações que ele fez e o que ele fala do Governo do Estado e do Superintendente do porto de Paranaguá.

Liguei hoje para o Prefeito de Paranaguá e perguntei a ele: esse débito que a APPA tem com o município de Paranaguá, vem desde quando? Ele disse que vem desde 2003. Perguntei para ele, quando o Osires Guimarães era Superintendente do porto, quando Nelson Justus era Secretário dos Transportes, quando Heinz Herwig era Secretário dos Transportes, o ISSQN estava sendo recolhido para a Prefeitura? Ele respondeu que sim.

Deixou de ser pago a partir de 2003. É esse mesmo Governador que faz a intervenção na véspera da eleição municipal, quando o atual Prefeito vai para a reeleição e lidera todas as pesquisas.

Isso é lamentável! Isso não aconteceu nem no regime ditatorial! Nem no regime militar houve essa agressão à democracia e ao estado de direito que vivemos hoje. Por que fazer isso? Ora, quem já se elegeu Governador em 1990, criando um personagem, o Ferreirinha; quem já se elegeu Governador dizendo: “Ou o pedágio baixa, ou o pedágio acaba”, olha, não é de duvidar e não podemos colher por surpresa, em absoluto.

Sr. Presidente, isso que levantamos em relação ao porto de Paranaguá, em relação à ParanaPrevidência, em

relação ao descumprimento das ordens judiciais, é importante relembrar na Sessão aqui na Assembléia, para que a sociedade do Paraná possa tomar conhecimento, porque o porto de Paranaguá, quando o Osires Stenghel Guimarães estava lá, estava funcionando.

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Elio Rusch, primeiro, gostaria de abordar o assunto da intervenção decretada em Paranaguá. Sou completamente isento neste assunto, porque torço pela vitória do Roque e do Arnaldo Maranhão, que é seu Vice, mas achei errada a intervenção, porque realmente houve outros tipos de intervenção, no passado, que não foram cumpridas. Há em Brasília várias intervenções com relação ao Governador do Estado que acho que, também, não têm que ser cumpridas, porque receber 5 milhões de votos, ou receber 60 mil votos de Paranaguá para ser eleito, e depois ter o mandato cassado por um assunto como este, é complicado.

De qualquer forma, quero deixar a minha opinião: foi errada a intervenção lá e eu olho do ponto de vista neutro porque, na realidade, acho até que isso prejudica o meu candidato na cidade. Foi um ato errado.

Muito obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Deputado Stephanes Júnior, agradeço seu aparte.

Na verdade, tudo isso vêm ainda confirmar a preocupação que temos, aqui na Assembléia. Lógico que vivemos um período eleitoral, mas temos que saber separar o período eleitoral com a questão administrativa.

Quando o Deputado Geraldo Cartário usa esta tribuna e diz que faz menção em relação à reeleição ao Executivo, não deixa de ter razão. Gostaria particularmente de viver este momento ainda: uma eleição geral de Presidente da República a Governador. Uma eleição só, com mandato de cinco anos, sem reeleição, proibir as coligações e com cláusula de barreira. Teríamos no Brasil, com toda certeza, cinco partidos, seis no máximo, e não teríamos essa confusão que se vive hoje. Ora, os maiores adversários do Presidente Lula, do PT, em nível nacional, são os Democratas, o PSDB, o PPS e o PSB, mas em quantos municípios do Brasil, aqui no Paraná mesmo, de repente, estamos ligados?

O partido de Oposição do Governo do Estado do Paraná é o Democratas, o PPS. De sete Deputados, dois Deputados do PSDB fazem Oposição, mais o seu Presidente e o Beto Richa, que é o maior Líder do PSDB em Curitiba, no Paraná, e é Oposição ao Governo. Mas em quantos municípios o PSDB está ligado com o PMDB? Como dá para entender isso? Como dá para explicar isso?

Então, quando o Geraldo Cartário fala que se deve acompanhar e formar uma comissão da Assembléia do Paraná, de ir ao Congresso Nacional, de discutir a reforma política, acho que é louvável. Precisamos, sim,

fazer com que haja uma ampla reforma política e, também, uma reforma partidária. Quantos partidos existem hoje, Deputado Marcelo Rangel? Não sei. É muito grande. Partidos que ideologicamente são de linhas opostas. Eu posso dizer do meu partido coligado com o PT em alguns municípios, o PT apoiando candidatos do meu partido, o Democratas, o PMDB coligado com o Democratas, o Democratas coligado com o PMDB, é difícil de entender. Então, você cria, através de alianças, um partido local e um partido municipal. Mas, para evitar que tudo isso aconteça, tem uma ampla reforma política, uma ampla reforma eleitoral no país, e vamos moralizar essa classe. Vamos moralizar, mandato de cinco anos, cláusula de barreira, em um primeiro momento proibir as coligações na proporcional, depois proibir as coligações nas majoritárias e, com toda a certeza, vamos viver outros momentos na política brasileira.

Sr. Presidente, agradeço a V. Exa., agradeço aos Parlamentares, mas eram essas as considerações que eu queria fazer. Amanhã, Sr. Presidente, voltarei aqui para falar sobre o Orçamento da união, do Governo Federal, o que o Paraná está contemplado e o que Santa Catarina está contemplado no orçamento da união. É lamentável, quer dizer, a valorização e aquilo que se faz para Santa Catarina e aquilo que deixa de se fazer para o Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito é o Deputado Valdir Rossoni.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, estou em recesso parlamentar devido às eleições municipais, mas assistindo no dia de hoje uma declaração do ex-Deputado do PMDB, Mário Roque, não posso me calar diante do que está acontecendo. Quem não assistiu ainda, acesse o Youtube e veja a declaração do Deputado Mário Roque, do PMDB, ex-Prefeito de Paranaguá, o que ele disse do porto de Paranaguá.

Quando nós, Deputado Rangel, Elio Rusch, falamos aqui do porto de Paranaguá, há pessoas que dizem que estamos criando aqui factóides. Agora não. Agora, o tiro da metralhadora veio. Eu considero, não existe nada no mundo que me deixe mais triste do que a deslealdade, a falta de ser agradecido às pessoas que te fazem bem. E a atitude do Deputado Mário Roque, hoje, foi um desastre como homem público neste estado. O que aconteceu? Esse homem, esse cidadão, ele foi Deputado aqui graças ao PMDB. Aí, hoje, porque ele está com as eleições perdidas em Paranaguá, o que ele fez? Ele abriu a televisão para o mundo. E sabe como ele trata o irmão do Governador? De cachorrão. Ele diz barbaridades do porto de Paranaguá, tudo o que alertamos os paranaenses e que não fomos, às vezes, levados à sério sobre as irregularida-

des do porto, tudo ele diz na sua declaração. Agora, quero dizer que a palavra do Deputado, para mim, não tem nenhuma credibilidade, porque um homem que assumiu a cadeira como Deputado por causa do PMDB, depois saiu daqui da Casa e foi para o Palácio Iguaçu e assumiu uma Secretaria, uma cadeira que estamos procurando, porque não existe, agora que ele está perdendo as eleições em Paranaguá, ele vem aqui e atira naquele que o serviu.

O Mário Roque errou nas suas atitudes e agora não adianta atribuir isso a alguém. Ele errou quando saiu do PSB, foi para o PMDB e mudou de bandeira. Quando um Deputado muda de partido e vai para um partido de Oposição, é uma atitude. Agora, quando um partido sai de um lado e vai para o lado do Governo, é porque ele acha que aquilo vai ser importante. E deu no pé dele, Deputado Carli. Ele saiu do PSB e entrou no PMDB, achando que estava com as eleições ganhas em Paranaguá. Isso foi um peso que o afundou, afogando-o no Canal da Galheta. Porque errou e agora ele vem, faz as declarações mais absurdas!

Passa a usar o horário da Liderança do PSDB

Os parnanguaras devem estar me assistindo neste momento e perguntando o que aconteceu com o mundo político? Tem discursos que nem respondemos, nem falamos, caem no vazio porque não dizem nada. Nada pior no mundo do que a ingratidão. V. Exa. Pastor Praczyk, prega que nada pior no mundo do que a ingratidão. Venho aqui nesta Casa, assumo uma cadeira de Parlamentar. Quando saio desta Casa, viro-Secretário fantasma do Palácio Iguaçu. Se ele não quisesse assumir, poderia ter dito: "Não assumo". Ele assumiu uma Secretaria que não existe. Ele vem, em Paranaguá, atribuir a culpa àquele que ele serviu. Nada pior no caráter de um homem do que a ingratidão.

Nunca fiz aqui um pronunciamento sobre os equívocos, os erros, as barbaridades que acontecem no porto. Estamos alertando aos paranaenses e ao Governador. Quando ele esteve aqui nesta Casa, disse amém a tudo. Não disse uma palavra a favor de Paranaguá. Esqueceu de Paranaguá em troca de um cargo no Palácio Iguaçu e uma cadeira nesta Casa. Não adianta não ficar nervoso. O barco afundou e tem que nadar até a margem do Canal da Galheta, se salvar e pedir desculpas aos parnanguaras e aos paranaenses. A culpa não é dos nossos companheiros do PDT e do PSDB, que estão em Paranaguá ganhando as eleições.

Concedo um aparte ao Deputado Luiz Carlos Martins.

O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT)

Deputado Valdir Rossoni, cumprimento V. Exa. No caminho do Governador sempre existe um Roque. Existe sempre um Roque no caminho do Governador.

Vocês sabem porque estou dizendo isso? Na verdade, o Roque só se tornou Deputado por vontade do próprio Governador Requião.

Agora, Deputado Valdir Rossoni, Presidente Nelson Justus, é da maior gravidade as denúncias que o ex-Prefeito de Paranaguá, o Roque, faz. São da maior gravidade as denúncias que o ex-Deputado Roque faz e é preciso que ele seja ouvido por esta Casa. Eu não sei se uma comissão, enfim, ele faz denúncias das entranhas de Paranaguá, ou melhor, faz denúncias das entranhas do porto de Paranaguá. Isto é gravíssimo, e não podemos silenciar neste instante.

Cumprimento V. Exa. É grave, é gravíssimo. Que isto não se repita, mas se for por este caminho, Deputado Valdir Rossoni, outras denúncias virão, e não é só do Porto de Paranaguá. Parece-me que tem companheiros do Governo querendo descer desse barco e já estão descendo do barco. O barco está indo e quem é o timoneiro desse barco?

É preciso prestar muita atenção. O Paraná não pode perder com isto.

Obrigado, Deputado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Luiz Carlos Martins, V. Exa. praticamente concluiu o meu pronunciamento, antecipando-se ao que eu pensava.

O que o Deputado Roque disse do porto de Paranaguá merece desta Casa uma atenção toda especial.

Agora, não é mais a vontade do Deputado Rossoni, ex-Líder da Oposição, do Deputado Elio Rusch, do Deputado Plauto, dos Parlamentares que apontam o dedo para os problemas de Paranaguá. Agora é um Deputado que foi Secretário do Governo, que está lá em Paranaguá com a chancela do Governador, como candidato a Prefeito, apoiado pelo irmão do Governador, e agora ele disse o que dissemos há vários meses aqui. E nós ficaremos quietos?

Acho que estamos num período de eleição. Até o dia 5, nada podemos fazer, porque faltam 15 dias para a eleição municipal. Mas depois eu quero dizer aos meus amigos Parlamentares: temos que propor uma investigação profunda no porto e a primeira pessoa a ser convocada é o ingrato do Deputado que assumiu a Secretaria no Palácio Iguazu, que nós, algum Deputado, talvez o Líder do Governo, pode me dizer o nome da Secretaria, não sei, qual a função que ele exerceu? Quer dizer, a hora que vinha o dinheiro, tudo bem, venha a nós o vosso reino, e depois que o meu barco afundou a culpa é dos outros. Isto é ingratidão, isto é o pior desvio, na minha maneira de pensar, de caráter, de uma pessoa, quando age desta maneira.

Mas, não vamos nos ater na ingratidão. Vamos nos ater ao dedo apontado ao que a Oposição sempre apontou: os gravíssimos erros que o Superintendente do porto comete - hoje Secretário dos Transportes - comete no porto de Paranaguá.

E ele diz bem, Deputado Luiz Carlos Martins. Quantas vezes eu disse para o Governador, mas nunca quando nós falamos do porto aqui ele deu uma palavra de apoio o que nós dissemos aqui. Nunca, nunca.

Então, quero cumprimentar o povo de Paranaguá, quero cumprimentar os servidores do porto de Paranaguá que ainda lutam para salvar o porto, mas quero dizer ao Deputado suplente que ele tem que pedir desculpas e viajar de Paranaguá, porque não tem mais jeito. A atitude dele é a atitude mais ridícula que eu vi na política paranaense nos últimos tempos.

Obrigado.

O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT)

Deputado Valdir Rossoni, apenas para sugerir, é exatamente em cima disso.

As pessoas que estão nos assistindo pela TV SINAL devem estar perguntando assim: "Mas o que realmente aconteceu com esse Roque lá em Paranaguá?" Nós vamos dar uma dica aqui: podem entrar no blog do jornalista Fábio Campana - www.fabiocampana.com.br. Lá no blog do jornalista Fábio Campana tem tudo, inclusive com imagens.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Voz e imagem. Eu vou aqui ajudar a divulgação: entrar no blog do jornalista Fábio Campana e você terá lá tudo que o Deputado do PMDB fala do porto de Paranaguá, das irregularidades do porto de Paranaguá, do que ele pensa do Superintendente do porto. Lá está tudo que ele pensa, e nós, tirando as agressões pessoais que ele fez, não é o nosso caso, o nosso problema é salvar o porto de Paranaguá da má gestão pública que está ocorrendo lá.

Obrigado.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Pela Ordem)

Sr. Presidente peço a palavra para deixar registrado os meus parabéns à cidade onde eu nasci, moro e vivo, que é a cidade de Ponta Grossa, que está completando 185 anos. Cidade que me orgulho muito e que dedico todo meu trabalho aqui na Assembléia Legislativa e que me deu a oportunidade de ser representante de todo estado do Paraná.

Era isso Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente registrado.

Com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Nelson Justus, hoje o nosso partido finalmente é majoritário no comando desta Casa, com a presença do nosso grande decano, o nosso Líder, Duílio Genari, e da Deputada Cida Borghetti.

Nobres Deputados, Sras. Deputadas, comitê de imprensa, visitantes e paranaenses que acompanham as Sessões da Assembléia através da TV MERCOSUL e também da TV SINAL.

Sr. Presidente, durante um certo tempo esta Casa de Leis era palco de movimentação de cabos eleitorais de Deputados que, tentando ter o poder a qualquer custo, dobravam o Deputado da sua região e o Parlamentar vinha aqui para o plenário com emenda à Constituição, desmembrando municípios, criando novos municípios, transformando distritos em municípios. Chegou a um ponto que aqui se votava por atacado. Era tanta movimentação: cria, não cria novo município? E a bem da verdade, em que pese até alguns plebiscitos, na nossa visão, nem toda população do local a ser emancipado ou não, nem toda população participava do plebiscito. Vinha o resultado do plebiscito, nem sempre real da vontade dos moradores daquele local que se propagava que o povo desejava a sua emancipação política. Vamos falar nisso daqui a pouco.

Antes queremos, Sr. Presidente, festejar em parte, porque hoje deveria estar no Paraná o Presidente Lula para o início de uma obra maldita que seria o início da construção da usina hidrelétrica de Mauá, que vai usar as águas do rio Tibagi, rio que abastece a população da minha cidade de Londrina e também uma grande parte da população de Cambé. O nobre Deputado Tadeu Veneri, que é um grande estudioso do assunto, já trouxe para a tribuna com muito conhecimento, com muito estudo, os danos que essa usina vai causar aos agricultores que têm propriedades à beira do Tibagi, à população que consome água do rio Tibagi, porque no leito do rio tem também mina de carvão. É de se lamentar a cabeça oca de algumas autoridades do setor hidrelétrico, porque está mais do que provado que no momento, graças a Deus, o Paraná não está com falta de energia elétrica. A Itaipu, que é uma das maiores usinas do mundo, está fornecendo energia elétrica para a Argentina. No nosso ver até é um presente entre amigos, do Presidente Lula, com a Dona Cristina Kirchner, que é a Presidente da Argentina, se faz caridade, e o povo aqui paga, e paga caro, para ter a energia elétrica que consome em sua casa, ou na sua empresa comercial.

Bom, mas já que não é tão urgente, já que não temos pressa no momento, que é bom, de uma nova hidrelétrica, por que bater o pé? Por que essa perseverança numa coisa que o povo não quer? A população da minha cidade, Londrina, está extremamente preocupada, muito preocupada e com razão, se é sabido que no leito do rio tem uma mina de carvão. De repente, Sr. Presidente, vemos que os efeitos são os piores possíveis. É uma pena, portanto, essa insistência de se fazer a usina e de causar, quem sabe até, a destruição de um rio importante para a lavoura, para a agricultura, um rio até que faz parte da história.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. usa o horário do seu partido PP.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

O SR. ANTONIO BELINATI

O rio que está inserido também na história política do nosso Paraná, o rio Tibagi.

Não sei, a impressão que dá é que alguém “bateu” na orelha do Presidente Lula, ele viria aqui para uma solenidade, que iria causar um profundo mal-estar e fazer até o Presidente perder pontos de vir dar o pontapé inicial para uma obra que o povo não quer. Em nome da Saúde, em nome dos interesses da agricultura, o povo não quer essa usina. Então, em parte pelo menos, há o que se comemorar, que é a ausência do Presidente Lula, que na nossa ótica, volto a insistir, pode ser sim o resultado de alguém que tenha feito chegar até ao Presidente da República a inconveniência dessa usina no leito do rio Tibagi.

Agora, Sr. Presidente, sobre o que falávamos a respeito da emancipação de novos municípios. O conceituado jornal Folha de Londrina, um dos maiores do país, traz na sua primeira página de hoje: “Poder de criação, país pode ter enxurrada de novos municípios. Proposta de Emenda Constitucional devolve aos estados a competência para criar cidades. Em 24 Assembléias Legislativas tramitam propostas de 806 novos municípios.” Isso porque no momento está suspenso, porque no momento não é atribuição de Assembléia Legislativa criar novo município. Fazendo um cálculo aqui, nobres Parlamentares, se essa emenda constitucional for aprovada, delegando a nós, Deputados Estaduais, o poder, a autonomia, a competência para criar novos municípios, vai virar uma nova farra, um novo carnaval, um novo festival. O Paraná tem exemplo, tem município aqui que foi emancipado e não tem a menor condição de ser um município independente. Mas cria o município, faz o prédio, o gabinete com ar condicionado para o Prefeito, gabinete para a assessoria, para os Secretários, prédio para a Câmara de Vereadores, salário para os Vereadores e para o Prefeito. Daí tem a equipe de cada Câmara Municipal, o Prefeito do novo município vai criar também as suas Secretarias, os seus assessores, os carros oficiais, as viagens oficiais e esses municípios, a grande maioria, a exemplo do que aconteceu com muitos aqui no Paraná, não vão prosperar, infelizmente.

Então, Sr. Presidente, fazendo aqui uma análise preliminar, já são 806 projetos de criação de novos municípios, por enquanto, e na hora em que abrir a porteira, vai haver o estouro da boiada. Mas, vamos ficar tendo como cálculo 806 municípios, mais o Prefeito, o Vice-Prefeito, um mínimo de nove Vereadores para cada município, os Secretários, assessores de Secretários do Prefeito e a equipe que cada Câmara Municipal terá, isso aqui nos leva a uma intuição de que se aprovada essa modificação na Constituição, estarão dando emprego para mais de 50 mil pessoas em municípios que, se não estão emancipados até agora, é porque são pequenos, porque são fracos em

termos de economia e em termos de renda. Então, na minha ótica, eles vão criar aqui mais um inchaço de pelo menos 50 mil novos empregos para Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores, Secretários e assessores, sem falar naquela estrutura que cada Prefeito tem, porque tem muito Prefeito em que o município não tem renda e ele vive mais na capital, de porta em porta, nas Secretarias, atrás de verba, atrás de recursos para o seu município. Tem Prefeito que mora mais aqui na capital do que no lugar onde ele foi eleito para administrar a cidade.

A nossa vontade é que essa emenda não seja aprovada, que não se devolva para a Assembléia essa competência de criar municípios, porque não tenho dúvidas que até mesmo nesta Casa não vai faltar colega Deputado que, para fazer média com um grupo de eleitores de um determinado patrimônio ou distrito, virá aqui para brigar, para defender com toda a paixão, trazer ônibus e lotar as galerias para fazer a emancipação, sem prever que a própria população depois irá sofrer, porque muitas vezes você desmembra, cria autonomia para um distrito, transforma-o em um município independente, que muitas vezes estava ligado a um município de uma renda até razoável, e depois vai penar, a população vai sofrer com a falta de condições de ter uma boa escola, de ter uma boa área de Saúde, de ter uma boa conservação das estradas rurais.

Ainda que isto seja desgastante para mim, que sou político, estou na vida pública e dependo do voto do povo para estar nesta Casa como Parlamentar, prego nesta tarde que esta Casa deve, sim, fazer chegar até a Câmara dos Deputados, até o Senado Federal, uma posição contrária, sugerindo que eles não modifiquem essa lei, que não fiquem criando uma enxurrada de novos municípios para atender apenas interesses políticos de quem quer ter mandato de Deputado Estadual, ou quer colher votos para Deputado Federal, sem se preocupar com os interesses maiores da população a ser atingida por essas emancipações.

Portanto, Presidente Cida Borghetti, sei da preocupação de V. Exa., do Deputado Duílio, do Deputado Carli, e esta deve ser a postura desta Casa de Leis. Vai ser um incômodo, sim, cada Parlamentar ficar tendo aqui a paquera de colega pedindo para dar uma assinatura, para dar um voto para emancipar determinados novos municípios, e isso, então, vai afetar a economia. Serão no mínimo 50 mil novos empregos às custas do dinheiro público e não é isso que o Brasil está precisando neste momento!

Grande Expediente:

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Passamos ao horário do Grande Expediente. Com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli, por 15 minutos.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Prezado Deputado Antonio Belinati, ouvi seu pronunciamento. V. Exa. tem a sensibilidade de ouvir a voz das ruas, de ouvir as pessoas. Quisera que todos os políticos tivessem a sensibilidade que V. Exa. tem. Esse país seria outro.

Ouvi os pronunciamentos do Deputado Elio Rusch, do Deputado Valdir Rossoni, e na fala do Deputado Valdir Rossoni, busquei na minha memória um poema da minha juventude, em relação ao Mário Roque, por conta das revelações que essa rede do Youtube promove. Busquei os Versos Íntimos de Augusto dos Anjos, que era um poeta da melancolia. O poema chama-se:

Vês?

Ninguém assistiu ao formidável enterro,

A tua última quimera.

Somente a ingratidão, esta pantera, foi sua companheira inseparável,

Acostuma-te à lama que te espera!

O homem que, nesta terra miserável, mora entre feras,

Sente a inevitável necessidade de também ser fera.

Toma um fósforo,

Acende teu cigarro!

O beijo amigo é a véspera do escarro.

A mão que afaga é a mesma que apedreja.

Se alguém ainda causa pena à tua chaga

Apedreja essa mão vil que te afaga

E escarra nessa boca que te beija.

Augusto dos Anjos, há mais de 50 anos, escreveu este poema e serve muito para o episódio do Mário Roque. Encerro o meu comentário acerca desse posicionamento.

Quis falar dessa tribuna hoje, sei que há temas aqui atuais, mas tenho pretendido, principalmente nesse período, abordar temas que entendo ser relevantes na minha atuação como Parlamentar nesta Casa.

Tenho falado da baixa produtividade legislativa do Congresso Nacional. E quem leu os jornais nos últimos dias, pode ler também as declarações que foram frutos de uma aula magna proferida pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal. É incrível! Ele ter lido o meu pensamento ou as notas taquigráficas desta Casa. Claro, ele leu aquilo que qualquer brasileiro, que vive contemporaneamente, consegue ler. Estou falando do Ministro Gilmar Ferreira Mendes - Presidente do Supremo Tribunal Federal, que reconhece, por conta da omissão do Legislativo Federal, que o Judiciário está avançado.

Vejam o vácuo que estamos vivendo. Que necessidade de termos o Congresso Nacional funcionando de forma regular. Quando digo de forma regular, não é o Congresso estar aberto para os Parlamentares fazerem seus pronunciamentos, ou as Comissões Parlamentares

de Inquérito funcionarem. O Congresso Nacional, a Comissão de Constituição e Justiça e as comissões permanentes têm que estar funcionando, têm que estar buscando junto à sociedade, numa sociedade que demanda por produção legislativa, aquilo que é mais importante.

Fizemos uma crítica, semana passada, e a minha surpresa qual foi, não foi muito até porque qualquer pessoa de bom senso, hoje, neste país, reconhece que não há produtividade do ponto de vista do Legislativo em relação às questões essenciais do país, e a crítica feita por mim aqui nesta tribuna, também foi a mesma crítica feita pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, da omissão que leva, de forma muito objetiva, a que o Judiciário preencha as lacunas de uma legislação que não está sendo produzida no Congresso Nacional.

O Sr. Péricles de Mello (PT)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Romanelli, não pude lhe apartear no seu último pronunciamento, na última Sessão. Concorde plenamente com ele, só que temos que ver o momento histórico. Acho que não podemos atribuir a culpa, digamos assim, ao Presidente do Congresso. É um processo que vem de um longo período. Não podemos atribuir a culpa ao atual Presidente do Congresso, mas, sem dúvida nenhuma, concordo com o senhor, o Congresso tem que reagir em muitas questões.

Essa questão que o senhor levanta de o Judiciário acabar promovendo uma espécie de legislação, entre aspas, pela inabilidade e pela demora do Congresso, é umas das questões. Mas o senhor veja que o Congresso não conseguiu avançar na reforma política, que acho que é uma das grandes chagas do Brasil. Nós que estamos participando do processo eleitoral, sabemos que o Brasil não vai mudar profundamente enquanto não tiver reforma política profunda, com pensamento público, que partidos de aluguel desapareçam e haja uma consolidação partidária cada vez mais forte na forma eleitoral.

Só queria elogiar seu ponto de vista, mas entender que não podemos culpar uma pessoa que ocupa, neste momento, a Liderança do Congresso, porque é todo um processo histórico. Acredito que muitas vezes, como a sua, estão se levantando no Brasil e não é possível que o próprio Congresso não tome uma posição mais radical e mais forte neste momento.

Obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Agradeço, Deputado Péricles.

Quando faço a crítica, a faço no sentido que espero que os Deputados Federais e os Senadores da República não fiquem apenas, única e exclusivamente, preocupados em poder se preparar para a próxima eleição. Entendo que esta Casa - falo isso com satisfação - não tem faltado ao povo paranaense. Ainda há pouco fazia um balanço com uma jornalista sobre a produtividade deste ano. Não

temos faltado com a sociedade paranaense. Não temos, aqui nesta Casa, parado nenhum projeto importante para a sociedade paranaense. Votamos e discutimos projetos importantíssimos neste ano legislativo de 2008.

O fato é que temos, inclusive, um próximo trimestre extremamente trabalhoso, mas esta Casa não vai parar de votar enquanto não tiver esgotado tudo aquilo que ela tem na sua pauta, porque temos uma responsabilidade com relação ao que demanda a sociedade paranaense. Entendo que, lamentavelmente, o Congresso Nacional não tem tido essa responsabilidade. A busca pelos holofotes, única e exclusivamente. Criem-se as CPIs, mas a discussão é temática e não é sobre os temas que estruturam a sociedade e que acabam, por óbvio, por promover uma produção legislativa cada vez mais intensa pelo Executivo, porque o Executivo está legislando intensamente, seja por meio das medidas provisórias, ou mesmo de outras medidas que tem tomado. E, agora, a inovação: aquele a quem compete aplicar a lei é que está produzindo, do ponto de vista da produção de leis. Ou seja, é essa encruzilhada que estamos vivendo e não é possível mais o Parlamentar ficar, única e exclusivamente, pensando no seu umbigo. Estou falando dos Deputados Federais, dos Senadores, com exceções naturalmente, mas o Poder Legislativo tem que, de fato, fazer uma reflexão e reconhecer o que está errado.

Reforma política, Deputado Péricles, V. Exa. disse bem. Há quanto ansiamos por uma reforma política que possa trazer o voto distrital, ou que possamos, de forma definitiva, acabar com esse sistema proporcional, nominal, que é o mais perverso de todos. Até quando vamos ficar enfraquecendo os partidos políticos e não tendo uma estrutura verdadeira? Ora, são questões essenciais que fundam um modelo de sociedade diferente, que todos nós temos que reconhecer, nós temos um modelo de sociedade do século XIX. O Parlamento é exatamente igual ao que era há mais de 150 anos. Não mudou nada, ao contrário tem piorado.

Olha, temos avançado em tantas áreas neste país, nas políticas públicas, mas não avançamos na política. Mantém-se o mesmo sistema cartorial que não serve aos partidos políticos. Eu já fiz uma crítica, aqui, outro dia: na época da ditadura, do bipartidarismo tinha uma Lei Orgânica que regulava a democracia interna dos partidos políticos no Brasil. Hoje não. Hoje temos uma lei que é o contrário, ela estabelece, é a lei do vale-tudo, é a lei da fragmentação política, é a lei onde o filiado não tem direitos. Ou seja, na ditadura tínhamos a democracia nos partidos políticos; na democracia temos uma ditadura dos partidos políticos. É um paradoxo, é um anátema que estamos vivendo em relação aos partidos políticos.

Concedo um aparte ao Deputado Tadeu Veneri.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Deputado Romanelli, acho que V. Exa. tem toda a razão quando diz que temos, não só no Congresso Nacional, mas muitas vezes nas Câmaras e nas próprias Assem-

bléias, tido do Executivo uma ação muito maior do que aquela ação que deveria ser, em princípio, a ação legislativa. Da mesma forma o Judiciário.

Lembro que, recentemente, tivemos um debate, estamos tendo hoje um debate a respeito da possibilidade, ou não, de escutas telefônicas terem sido feitas de forma irregular em todos os níveis, o que é bastante provável. Mas, o que é pior é que menos do que discutirmos esse situação específica, e V. Exa. falou de CPIs, hoje a CPI discute se a escuta é ou não ilegal, mas esquece de discutir se todas aquelas provas que foram levantadas, por exemplo, contra o banqueiro que agora pode estar sendo livrado de todas as acusações, de todas elas, mesmo que ele seja responsabilizado, mesmo que se comprove que ele é culpado, todas serão nulas pela forma como foram coletadas.

É interessante, porque como V. Exa. falou, a sociedade parece que tem dois parâmetros: de um lado o Judiciário olha e diz: “Isso não pode”, aliás, libera, como liberou recentemente 14 ou 13 presos do PCC por estarem há muito tempo presos e que tiveram que ser novamente colocados, 13 deles, em prisão temporária. Agora, da mesma forma que o Judiciário faz isso, o Legislativo também o faz. Parece que vivemos um momento onde o que interessa é muito mais o fato pontual do que o que vai modificar essa história. Acho que está correto, temos que ter uma reforma política onde o Parlamentar esteja vinculado ao partido, porque hoje V. Exa. está correto, virou vale-tudo, pessoas que são do partido “A” fazem propaganda para pessoas do partido “B”; o partido “C” sai apoiando outro candidato, o que, no mínimo, para mim é antiético, absolutamente. Se você não quer estar naquele partido que o seu candidato está concorrendo, saia do partido. Agora, fazer o papel de “eu sou o Rei”, parece-me, além de antiético, extremamente inadmissível em uma democracia.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Agradeço, Deputado Tadeu Veneri.

Concedo um aparte ao Deputado Reinhold Stephanes.

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)

Muito obrigado.

Deputado Romanelli, quero fazer um elogio, primeiro, ao seu poema, achei muito propício e bem empregado. Segundo, com relação à ditadura partidária, é uma verdade, hoje. Novamente V. Exa. está com a razão, acontece do Presidente do partido ou dirigentes partidários quase que mandarem no mandato do Parlamentar, o que não faz sentido nenhum. E divergindo um pouco do Deputado Tadeu Veneri, que me antecedeu, considero que, claro, são importantes os partidos. Hoje brasileiro vota nos Deputados que são do partido, o mandato é muito mais do Parlamentar do que o partido.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Obrigado, Deputado Reinhold Stephanes.

Quero dizer o seguinte: sou defensor do sistema de voto distrital. Certamente que com o voto distrital nós mudaríamos a qualidade da representação nos Parlamentos, especialmente no Parlamento Federal. Não tenho dúvidas de que as regiões têm que ter representantes. E quando têm representantes muda muito a qualidade em relação à questão do que a região recebe, em relação ao conjunto dos tributos que são aplicados pelo Executivo.

Sr. Presidente, concluir para dizer que tenho idéias muito boas e que merecem ser copiadas. Uma das idéias boas que tomei conhecimento no dia de ontem, foi lendo o jornal Folha de São Paulo, onde tive uma mensagem de um Anteprojeto nº 138/08, que o Governador do Estado de São Paulo, José Serra, que foi Ministro da Saúde, enviou no dia 28 de agosto à Assembléia Legislativa daquele estado, de nº 577. Entendo que esta Casa também deva discutir. Dizer a V. Exa. que vou propor este projeto.

Não quero ser dono desse projeto, que é bom demais para ter um único autor, ele tem que ser um projeto construído de forma coletiva. Entendo a proposta que ele faz, de proibir o consumo de cigarros, cigarrilhas, charutos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, na forma em que especifica e cria ambientes de uso coletivo livre de tabaco. Ou seja, ele estabelece uma proibição em todo o território no estado de São Paulo, em ambientes de uso coletivo, públicos ou privados, o consumo de cigarros, cigarrilhas, charutos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não de tabaco. Aplica-se esse artigo a todos os recintos de uso coletivo, total ou parcialmente fechados em qualquer de seus lados, por paredes, divisória, teto ou telhado, ainda que provisórios, onde haja permanência ou circulação de pessoas.

O mais interessante é que há uma discussão sobre a sua constitucionalidade, Deputado Marcelo Rangel. Na sequência lhe concedo um aparte. O estado tem poder concorrente de legislar sobre essa matéria, porque ela envolve a Saúde Pública. A rigor, a união, os estados e os municípios, quando envolvem questões de Saúde Pública têm o direito de poder legislar sobre o tema. Com base na própria Constituição Federal, no artigo 24, inciso V, VIII, X e XII, para poder fundamentar essa legislação.

Entendo que o projeto é inconstitucional e também entendo que esta Casa pode e deve discutir um projeto dessa abrangência. Porque é um reclamo hoje da sociedade paranaense e das pessoas, a questão que envolve o fumo em ambientes coletivos. A fumaça, está comprovado tecnicamente, contamina o ambiente. O fumante passivo também é fumante. Os efeitos cancerígenos do cigarro são por demais comprovados. O resultado é uma diminuição, não tenho dúvida. Hoje, se calcula que gaste-se no Brasil R\$ 300 milhões por ano, por conta das doenças que têm origem justamente nesse vício do tabagismo. Entendo que é um tema que esta Casa pode e deve deba-

ter. Entendo que é uma lei feita no estado de São Paulo. Mas por ser uma lei de caráter geral pode e deve ser discutida por esta Assembléia Legislativa.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS) (Aparte)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Romanelli, parabéns pela sua proposta, pelo seu projeto. Tem o meu total apoio e gostaria muito de poder assinar também como co-autor, como o senhor solicitou aos nobres Parlamentares. Só tenho um certo receio de colocar a minha assinatura num projeto que é tão bom, importante para o estado do Paraná e para o Poder Executivo e infelizmente temos o veto do Sr. Governador, como aconteceu num projeto benéfico que nós dois fizemos aqui pela Assembléia Legislativa, e infelizmente, recebeu o veto do Poder Executivo.

Então, eu fico com esse receio, mas o projeto é muito bom, tem o meu apoio e o meu voto. Agora, com relação a minha assinatura, não sei, não sei se de repente poderia prejudicar quando chegar no Poder Executivo e o Governador olhar um Deputado de Oposição assinando um projeto juntamente com o Líder do Governo e pode de repente até prejudicar a sua proposta.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

De qualquer forma eu agradeço o seu apoio e o seu voto. Se V. Exa. não quer correr o risco, não tem problema. O seu apoio e o seu voto já me é muito importante.

O Sr. Ribas Carli Filho (PSB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Romanelli, eu apoio o seu projeto, tenho a convicção que, a exemplo do estado de São Paulo, é um projeto extremamente benéfico. Não serei eu nem V. Exa. que vamos definir nem dizer todas as causas e os problemas que o fumo causa.

O problema, é que num dos artigos que provavelmente esta lei terá que proíbe o fumo em prédios públicos do estado, este projeto já existe, já é lei. O projeto que V. Exa. propõe é muito mais amplo e abrangente. Quere-mos também propor que sejam fiscalizados, porque as leis não só devem existir como serem aplicadas.

Então, quero apoiar V. Exa. nesse projeto que ainda é mais abrangente do que já existente, mas que a lei possa, efetivamente, ser cumprida com a fiscalização e com as possíveis sanções e sanções extremamente severas para os estabelecimentos e os prédios públicos e que não cumprirem a lei e o que V. Exa. propõe.

Acho que é desta forma: a lei, deve haver uma sanção.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Perfeitamente. E existe mesmo, Deputado Ribas Carli. No caso do estado de São Paulo, o projeto de São

Paulo, ele propõe que os estabelecimentos que descumprirem a norma serão multados em valores que variam de R\$ 220 a e 3 milhões e R\$ 200 mil e poderão ser interdita-dos.

Então, tem que ter sanção, não ao fumante, não há como se impor punição ao fumante, não há como. Mas, em relação ao Gerente, ao estabelecimento privado, estamos falando de estabelecimento privado porque de fato V. Exa. tem razão em relação aos ambientes que tem qualquer tipo de repartição pública já está banido o fumo, embora seja comum e tolerável até se ver que nos corre-dores ainda se pratica este ato.

E mesmo há uma discussão sobre as próprias salas. Outro dia, aliás, o Presidente Lula foi questionado, Depu-tado Péricles, porque ele disse o seguinte: “Na minha sala eu fumo, é um direito que eu tenho. Na sua eu não vou fumar”. Na verdade não é bem assim. Temos que reco-nhecer isto. O fato é que as pessoas que estiverem na sala do Presidente da República estarão também, se ele estiver fumando, como fumantes passivos.

Temos que reconhecer isso, mesmo quem tem o hábito do tabaco, tem que reconhecer que há um clamor das pessoas da sociedade em relação a esta questão que envolve o tabagismo. E o tabagismo é extremamente pre-judicial. Já tivemos grandes avanços por conta da legisla-ção federal que proibiu a propaganda de cigarros e eu sinceramente entendo que temos que avançar ainda mais. Por isso vou dizer da origem, a fonte primária desse pro-jeto. Vou desenvolver durante a semana, esses próximos dias o estudo necessário para adequar a legislação, vou conversar, inclusive com o Secretário de Estado da Saúde sobre este projeto, mas não tenho dúvida, vou apresentar este projeto para que esta Casa possa discuti-lo e, se for o caso, naturalmente, melhorá-lo.

Haverá aqui, claro, o lobby, o lobby dos donos dos bares e restaurantes que virão aqui, encherão essas gale-rias, fará campanhas contra o projeto, mas temos que avançar na produção legislativa. O Presidente da Repú-blica teve a coragem de sancionar a Lei de Tolerância Zero para quem dirige alcoolizado, qual o resultado? Uma diminuição já de 30% nos pronto-socorros que aten-dem as pessoas.

Concluindo, Sr. Presidente, temos que reconhecer que esse país tem que ser mais rígido em relação àquilo que sabemos ser prejudicial, seja no combate à corrup-ção, seja no combate ao crime organizado, seja naqueles que dirigem alcoolizados ou sejam naqueles que são fumantes passivos por conta do vício dos outros.

É isso, Sr. Presidente, agradeço a todos pela aten-ção e a todos aqueles que colaboraram com seus apartes e que participaram deste debate, muito obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Horário das Lideranças concedo a palavra ao Deputado Péricles de Mello, horário do PT.

Liderança do PT: Deputado Péricles de Mello

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Subo à tribuna para cumprimentar o povo da minha cidade, Ponta Grossa, que hoje comemora 185 anos de idade. Uma cidade que foi elevada à vila em 1823, caminho de tropas e que eu tive a grande honra de ser Prefeito durante quatro anos.

Hoje passei pela avenida, Ponta Grossa é famosa por seus desfiles, talvez porque o aniversário da cidade é no mês de setembro, fica próximo ao 7 de setembro, hoje desfilaram 5 mil pessoas. Quando fui Prefeito o número era ainda maior, teve desfile com 12 mil pessoas desfilando, mas é uma festa, a população tem um espírito cívico muito elevado e a cidade estava num clima bonito hoje pela manhã. Passei pelas ruas cumprimentando as pessoas, os colégios desfilando, a cidade toda, as instituições sociais, os grupos culturais.

Quero parabenizar Ponta Grossa, que tenha um futuro cada vez melhor, uma cidade que durante muito tempo foi esquecida pelos Governos Estadual e Federal, mas que nos últimos anos tem recebido muitos recursos, tanto do Governo Federal como do Governo do Estado do Paraná. Paraná Urbano, hospital regional, reforma do pronto-socorro do Hospital da Criança, está de parabéns o Governo por olhar para nossa cidade.

Ponta Grossa é uma cidade muito contraditória, uma das cidades mais antigas do Paraná que foi durante muito tempo a segunda cidade do estado, o principal pólo atacadista do interior do estado, uma localização privilegiada com um entroncamento ferroviário já no começo do século, final do século XIX, tivemos uma ferrovia, depois a ferrovia São Paulo-Rio Grande passou por lá. Mas uma cidade que, por outro lado, viu a destruição permanente do seu patrimônio histórico por falta de uma consciência mais elaborada. Uma cidade que ainda é um dos principais pólos industriais paranaenses, eu estava ouvindo o Deputado Elio Rusch falar sobre a industrialização, acho que este tema deve ter uma reflexão mais profunda.

Ponta Grossa, apesar de ser o segundo pólo paranaense, é o primeiro pólo do interior do estado. Apesar de ser uma cidade onde o agronegócio é um dos mais evoluídos, temos terras em Ponta Grossa hoje com uma produtividade mais alta do que as melhores terras do Paraná, em função do plantio que lá se desenvolveu como em poucos lugares do Brasil, temos intelectuais do plantio direto, inovadores que hoje são reconhecidos em toda América Latina e no mundo todo. Ao mesmo tempo, temos uma cultura familiar nas margens dos Campos Gerais muito pobre, e a cidade, apesar de tudo isso, é uma cidade cheia de problemas, uma cidade que tem menos de 40% das ruas pavimentadas; 13% do seu povo morando em terreno sem documento; uma cidade que durante a maior parte da sua história foi dirigida por uma

elite muito conservadora, que se preocupou basicamente com grandes obras e abandonou o cotidiano do seu povo! Tentamos muitas coisas, conseguimos alguns avanços, mas é uma cidade que tem toda uma riqueza apesar das contradições. Uma cidade que tem um universo cultural muito rico. O povo se expressa nas ruas da cidade, com muita intensidade. As eleições são muito disputadas, é uma polarização muito forte, entre o campo votado, que é o campo popular representado por alguns políticos, e o campo mais conservador.

Espero que Ponta Grossa, cada vez mais, encontre o seu caminho, possa resolver os seus graves problemas, que seu povo esteja cada vez mais unido a favor de um futuro melhor para a nossa querida Princesa dos Campos.

Queria fazer um comentário, além de parabenizar a minha cidade e seu povo, o Deputado Elio Rusch falou sobre forma de industrialização. Acho que temos, sim, Deputado Romanelli, que é Líder do Governo, que voltar a discutir com profundidade a industrialização paranaense. Comparar, por exemplo, com o estado de Santa Catarina, que é outro perfil de industrialização, que trouxe muito mais solução para as questões sociais do Paraná.

Acho que no Governo Lerner foi muito alto o custo da industrialização, os incentivos foram demais. Tínhamos algumas empresas que vieram para cá e saíram. Acho que o Governo Lerner - apesar de que Ponta Grossa recebeu investimentos, tenho que usar o tal esforço do Deputado Jocelito - fez um esforço muito acentuado para que Ponta Grossa conseguisse algumas indústrias. Porque sabemos que o Governo Lerner concentrou - tirando Ponta Grossa - concentrou muito a industrialização na região metropolitana. Praticamente, todas as montadoras vieram para cá e o resultado está aí: a macrocefalia metropolitana, os problemas enormes que acontecem em Curitiba, os altos custos para solucionar os problemas de trânsito da cidade. Se ele tivesse promovido uma industrialização mais descentralizada, teríamos um estado muito mais equilibrado. As economias de desaceleração seriam muito menores, teríamos um estado mais equilibrado. Acho que neste período deve ser muito aprofundado, discutido nesta Casa o tipo de industrialização que aconteceu no Paraná.

Ponta Grossa, por exemplo, temos indústrias, mas as indústrias têm efeito multiplicador não muito grande. Por quê? Porque o recurso dessa indústria, o dinheiro, a arrecadação dela, circula a nível mundial. Então, muito pouco fica dentro da cidade. Elas oferecem pouquíssimos empregos, apesar de ter que reconhecer que são empregos de alta qualificação, bons salários. Mas apesar de Ponta Grossa ser um pólo industrial importante, a chaga social permanece e em muitos momentos se agravou. Então, não devemos, simplesmente, assim de forma simplista, interpretar um processo para a industrialização. Vamos aprofundar. Acho que esse é um debate importante para realizarmos com mais condições de análise nesta Casa, futuramente.

Assim também como o porto de Paranaguá, vejo muitas pessoas criticando a administração do porto, mas toda a análise que fiz, aquilo que tive a oportunidade de ver, acho que houve grandes evoluções em muitos aspectos da administração do porto de Paranaguá. Acho que esse debate deve também vir à tona nesta Casa, com mais profundidade.

Queria também me referir ao Presidente Lula, que o Deputado Belinati falou, na verdade o principal motivo da vinda do Presidente a Telêmaco Borba é a liberação de recursos de R\$ 2 bilhões e 200 milhões. Desses R\$ 2 bilhões e 200 milhões, Deputado Belinati, 1 bilhão e 800 milhões eram do BNDES, e 400 milhões da Klabin. Maquinário que vai aumentar muito a produção da Klabin. O Presidente, mesmo que viesse a Telêmaco Borba, pelas informações que tenho, não iria até o lançamento da barragem da hidrelétrica tão questionado, muito questionada por vários fatores, mas o principal motivo era o lançamento dos recursos da Klabin.

A grave crise da Bolívia, a informação que temos é que ele teve que ir para o Chile fazer um debate sobre a questão grave que atinge o país vizinho, que é a Bolívia.

Queria lembrar o Deputado Romanelli, devemos também olhar um pouco para os nossos problemas aqui. Devemos criticar o Congresso Nacional sim, eu concordo com a sua crítica no geral, apenas algumas questões específicas discordo. Queria fazer um apelo ao Líder do Governo, temos algumas falhas aqui, veja a emenda da Deputada Cida Borghetti, há quanto tempo está para ser votada. Uma emenda assinada pela maioria dos Parlamentares. Temos que exigir uma certa agilidade para que coloquemos em votação. Os professores estão esperando a aposentadoria, os Diretores de escolas, os pedagogos. E, também, temos a emenda assinada por mim, com o Deputado Elton Welter a autotomia das universidades pondo fim na lista tríplice, que está há vários meses esperando para ser votada. O Parlamento tem que enfrentar essas questões de frente e não ficar apenas esperando um aval do Poder Executivo - que é um Poder que respeito, mas acho que temos de agilizar algumas questões aqui.

Gostaria de fazer alguns comentários sobre a eleição americana, uma coisa que me chocou, particularmente. Lendo artigos de alguns jornais neste final de semana - de alguns articulistas importantes - a preocupação que o Barack Obama possa perder a eleição pelo fato de ser negro. O racismo imanente de setores importantes da sociedade americana pode levar à derrota de Barack Obama, apesar do mundo inteiro estar olhando para essas eleições e o desejo mundial, digamos assim, é a vitória do Barack Obama. Até a imagem dos Estados Unidos mudaria radicalmente, no mundo, se aquela sociedade for capaz de eleger uma liderança moderna com o Barack Obama.

Mas, uma das questões graves que não conhecia da sociedade americana é que está se fazendo em vários estados uma série de leis que acabam dificultando o voto da população negra. Por exemplo, em alguns estados se

aprovou uma legislação que o eleitor só pode ir às urnas se ele tiver um documento com fotografia. E o articulista dizia que tem apenas dois documentos pessoais nos Estados Unidos que têm fotografia: que é a carteira de habilitação e o passaporte. E uma porcentagem bem maior da população negra não tem acesso a esse documento. Na medida em que a legislação exige esse documento alija esses eleitores desse processo.

Também nos Estados Unidos a pessoa que é presa, como no Brasil, perde os direitos políticos. Nos Estados Unidos depois que está em liberdade, que já cumpriu a pena, os direitos continuam perdidos em muitos estados e como a maior parte dos presidiários têm origem na população negra pela questão da pobreza social, da marginalidade, eles têm enormes dificuldades de ter acesso ao voto. E elenca uma série de fatores que alija a população negra em porcentagem muito maior que a população branca para votar nas eleições e, tenho uma visão pessimista por esse fator e pelo fato do racismo imanente da população que, nas pesquisas, acaba dizendo que vai votar no Barack Obama, mas não vota por ele ser negro e disfarça a pesquisa.

São comentários esparsos que queria fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Bloco PPS/PMN: com a palavra o Deputado Marcelo Rangel.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje iria falar sobre a concretização da empresa aeroportuária Vale do Tibagi S/A, que vai administrar e construir o maior aeroporto de cargas do país. Um aeroporto internacional no estado do Paraná, na região dos Campos Gerais. Empresa de capital privado que se estabelece no estado do Paraná e recebeu a autorização da Receita Federal, com CNPJ, e vai fazer nos próximos anos um aporte de 330 milhões na primeira etapa e no total em torno de 1 bilhão e meio a 2 bilhões é o investimento do aeroporto que está nascendo no estado do Paraná. E tenho certeza absoluta que isso terá repercussão nacional nos próximos dias.

Hoje quero falar no horário do PPS a respeito de um projeto de nossa autoria. Antes, porém, gostaria de agradecer ao nosso corpo técnico da Assembléia Legislativa, principalmente à assessoria do meu gabinete, aos assessores que são extremamente competentes, e temos ali, no corpo técnico, advogados, jornalistas, temos até uma especialista em Ciências Políticas, formada em Sourbone, na França, com especialização nos Estados Unidos e me auxilia a trazer projetos aqui para a Assembléia Legislativa. E eles me apresentam um projeto de lei para que possamos levar adiante - através das comissões,

para que seja analisado e votado pelos Srs. Parlamentares, um projeto de lei que acredito ser muito importante, que fala sobre o conteúdo de política e cidadania no currículo escolar do ensino fundamental de 5ª à 8ª série da rede estadual de ensino.

No artigo 1º fica instituído no currículo escolar do ensino fundamental de 5ª à 8ª série da rede de ensino do Paraná, o conteúdo que trata de política e cidadania nos termos desta lei. Não é uma disciplina. Estaria incluído na disciplina de história, nas séries de 5ª à 8ª, em todo estado do Paraná. E ali, nesta disciplina de história, seria ensinado a organização social brasileira, a organização política brasileira, conceitos e funções, a organização do estado e seus Poderes. Porque hoje, me parece que existe uma grande confusão em todo o país e era importante que os nossos alunos, através da educação, os alunos do estado do Paraná, da rede básica de ensino, já tivessem conhecimento dessa constituição política do nosso estado e do nosso país, os direitos e deveres inerentes ao cidadão brasileiro, o Hino Nacional, municipal e as bandeiras.

Hoje estive presente na solenidade de aniversário da cidade de Ponta Grossa, onde vivo e moro, e é tão bonito você ver as crianças cantando o hino da sua cidade, o Hino do Estado do Paraná, o Hino Nacional. Isso é importante. Por isso que trouxemos esse projeto, para que seja incluído na disciplina de história o conteúdo de política e cidadania. Por isso que me refiro a este Parlamento, a este Plenário, com todo o respeito, pedindo o apoio de todos os Parlamentares para que possamos aprovar, o mais rápido possível, esse projeto de nossa autoria.

E amanhã, ou na quarta-feira, estaremos falando sobre esse importante empreendimento do aeroporto na região dos Campos Gerais, no estado do Paraná. É uma grande notícia num dia muito especial, dia do aniversário da cidade de Ponta Grossa.

Era isso. Muito obrigado.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se a Ordem do Dia com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Deputados Durval Amaral e Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2416, de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente, solicitando a inversão total da pauta da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª Discussão

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 332/08, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que institui o calendário oficial do estado a Semana de Educação e Orientação para o Desarmamento Infantil. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 089/08, de 05/08/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 332/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto apresentado pela Deputada Cida Borghetti propõe a instituição da Semana de Educação e Orientação para o Desarmamento Infantil no calendário oficial do estado do Paraná e dá outras providências.

Dentro deste contexto resta saber se o projeto de lei proposto pela nobre Deputada atende os pressupostos da constitucionalidade das leis, sua legalidade, e atende os dispositivos da Lei Federal nº 095/98 que estabelece o regramento da boa técnica Legislativa.

De se observar que a matéria estampada no presente projeto é eminentemente de competência do executivo por tratar-se de assunto pertinente a educação escolar afeto à sede pública de educação cuja competência está sobre os ombros da Secretaria de Educação.

Fundamentação

Segundo dicção dos artigos 23 e 24 da Constituição Federal é previsto constitucionalmente dois tipos de competência a concorrente e a competência comum. A competência para legislar a matéria do presente projeto de lei está amparada no artigo 24, XV, que assim dispõe:

Compete à união, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

XV - proteção à infância e à juventude.

Em assentada jurisprudência da Suprema Corte deste país - STF-Supremo Tribunal Federal, já se decidiu sobre matéria correlata assim prelecionada:

Transporte coletivo intermunicipal. Exigência de adaptação dos veículos. Matéria sujeita ao domínio da legislação concorrente. Possibilidade de o estado-membro exercer competência legislativa plena. Medida cautelar deferida por despacho. Referendo recusado pelo Plenário. (STF - ADI 903-MC - Rel. Min. Celso de Mello - DJU 24/10/97). Referência Legislativa CF: artigo 24, XIV. DTZ1110042. (grifamos).

A Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 65, confere a Assembléia Legislativa, entre outras entidades, a iniciativa das leis complementares e ordinárias, *literis*:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ora a função precípua da Assembléia Legislativa é legislar e o artigo 53 da nossa Constituição Estadual confere esse poder a ela sobre matérias de mesma natureza do Poder Executivo ao legislador definir que a Assembléia pode dispor sobre a criação, estruturação e definição de atribuições das Secretarias de Estado, no caso focado, *literis*:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:

(...)

XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal.

Portanto a própria Constituição Estadual em seu artigo 66 que fixa as matérias de competência privativa do estado não veda a iniciativa da Assembléia Legislativa em legislar sobre as leis ordinárias e complementares concorrentemente com o estado-membro e o Executivo Federal prevista no artigo 53, inciso XVII, remissivo ao artigo 24 da Constituição Federal.

Tanto a Constituição Estadual quanto a Federal contém permissivo para que a Assembléia possa legislar matérias que não sejam vedadas pelas constituições, *literis*:

(...)

Art. 25. Os estados organizam-se e regem-se pelas constituições e leis que adotarem, observados os princípios dessa Constituição.

§ 1º São reservadas aos estados as competências que não lhe sejam vedadas.

(...)

Da Legitimidade e Legalidade

A análise prévia elaborada pela douta CCJ reconheceu o presente projeto de lei como Constitucional

observando, no entanto, um vício sanável de inconstitucionalidade no artigo 2º que se acatada a sugestão de emenda modificativa o projeto de lei poderá prosseguir para as demais Comissões e ao Plenário desta Casa.

O artigo 2º ao utilizar a expressão “serão realizadas atividades de conscientização para os alunos das escolas do estado”, no imperativo, fere frontalmente o princípio da tripartição dos Poderes e essa invasão de um Poder sobre o outro cria vedação de natureza Constitucional que regula a separação funcional dos três, Poderes constituídos. A execução das atividades aludidas é de atribuição da Secretaria de Educação do Estado, conforme determinação expressa do artigo 67 da Lei Estadual nº 4978/64, *literis*:

(...)

Art. 67. A Secretaria de Educação e Cultura exercerá as atribuições do Poder Público estadual em matéria de educação.

(...)

A matéria albergada pelo presente projeto de lei é atribuição das Secretarias do Estado de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo, segundo o que se infere do artigo 66 da Constituição Estadual, *literis*

Art. 66. Ressalvado nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias e órgãos da Administração Pública.

(...)

Pois bem, diante do exposto filio-me à sugestão dessa CCJ para apresentar a emenda modificativa em apartado submetendo-a ao crivo dessa Comissão.

Assim foi elaborado o artigo 2º do presente projeto de lei, *literis*:

(...)

Art. 2º No período definido no artigo anterior serão realizadas atividades de conscientização para alunos das escolas do estado. (grifei)

(...)

Para que o artigo 2º do presente projeto de lei se constitucionalize proponho a seguinte emenda modificativa:

(...)

Art. 2º No período definido no artigo anterior poderão ser realizadas atividades de conscientização para alunos das escolas do estado. (grifei)

(...)

Do Mérito

Por este vértice podemos aplicar no caso vertente a mesma regra sem ferir critérios de interpretação constitucional. O projeto da nobre Deputada Cida Borghetti propõe a institucionalizar a Semana de Educação e Orientação para o Desarmamento Infantil.

Considerando-se, portanto que a Constituição Estadual, neste caso, por exclusão, não criou vedação ao Legislativo Estadual, ao mesmo tempo em que a Consti-

tuição Federal atribuiu competência concorrente ao estado-membro, a Assembléia Legislativa por seus membros pode valer-se dessa prerrogativa para dispor e legislar matéria comum ou concorrente.

Ao exposto podemos asseverar que a Constituição Estadual não obstaculiza a que a Assembléia, valendo-se dessa faculdade constitucional e regimental, possa legislar sobre a mesma matéria concorrentemente.

Estando o projeto aprovado quanto a sua iniciativa no que tange a sua constitucionalidade e legalidade, com a emenda modificativa resta apenas enquadrá-lo nos parâmetros emanados da Lei Federal nº 095/98 que trata da boa técnica legislativa e pelo que se infere a técnica legislativa do projeto de lei apresenta-se em conformidade com a referida lei.

Conclusão

Diante da constitucionalidade aferida do presente projeto, somos de parecer pela sua aprovação com a emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 09/09/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 332/08

Para que o artigo 2º do presente projeto de lei se constitucionalize proponho a seguinte emenda modificativa:

(...)

Art. 2º No período definido no artigo anterior poderão ser realizadas atividades de conscientização para alunos das escolas do estado. (grifei)

Sala das Comissões, em 09/09/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 215/08, de autoria do Deputado Edgar Bueno, que obriga os hotéis, pensões e albergues a criar e manter cadastro de menores de 18 (dezoito) anos que se hospedarem no estabelecimento. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CICTM. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 054/08, de 20/05/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 215/08

P A R E C E R :

O projeto de lei em exame nesta Comissão de Constituição e Justiça, de autoria do Deputado Edgar Bueno, dispõe sobre a obrigatoriedade para hotéis, pensões e albergues de cadastrar e manter o registro com os dados de menores de 18 (dezoito) anos que se hospedarem nos referidos estabelecimentos.

O objetivo do projeto em questão é auxiliar no combate ao seqüestro de menores e a pedofilia ao Poder Público consulta aos dados coletados, orientando as investigações para localização de crianças e menores desaparecidos.

A iniciativa dos Parlamentos Estaduais para legislar suplementarmente sobre esta matéria está assegurada no inciso XV, do artigo 24 da Constituição Federal e em seus parágrafos 1º a 4º. A união exerceu sua competência legislativa editando normas gerais em proteção à criança e ao adolescente, através da Lei nº 8069/90.

E sobre a questão objeto da presente proposição o Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe:

Art. 70. É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 82. É proibida a hospedagem de criança ou adolescente em hotel, motel, pensão ou estabelecimentos congêneres, salvo se autorizado ou acompanhado pelos pais ou responsável legal.

Todavia o legislador nacional não normatizou como verificar se a criança, ao se hospedar em hotéis, pousadas, pensões, motéis, albergues e estabelecimentos congêneres, está efetivamente acompanhada pelos pais ou responsável legal.

A iniciativa do autor é louvável e meritória pela importância do bem a ser protegido por toda a sociedade e vem suprir lacuna legal neste sentido aprimorando os mecanismos de combate ao seqüestro e abuso de menores, pois estabelece a obrigatoriedade de verificação e registro dos documentos da criança em cadastro próprio.

Analisada a proposta verifica-se que está em perfeita consonância com o ordenamento jurídico e em condições de ser aprovada por esta Casa.

Todavia, com o objetivo de adequar o projeto à redação da legislação nacional que estabelece as normas gerais sobre esta matéria - Estatuto da Criança e do Adolescente - e assegurar exequibilidade da lei e a efetiva proteção almejada pelo autor, esta Comissão de Constituição e Justiça, manifesta seu parecer favorável na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 19/08/08.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente em exercício
VALDIR ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 215/08

A presente emenda modificativa ao projeto de lei de autoria do nobre Deputado Edgar Bueno visa alterar a redação original dos dispositivos abaixo transcritos, conforme segue:

“Art. 1º Os hotéis, pousadas, pensões, albergues, motéis e estabelecimentos congêneres localizados neste estado, ficam obrigados a registrar e manter um cadastro dos menores de 18 (dezoito) anos que vierem a hospedar,

observada a obrigatoriedade do acompanhamento dos pais ou responsáveis legais, em conformidade com o que dispõe a Lei nº 8069 de 13/07/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

(...)

Art. 5º O descumprimento desta lei importará na aplicação de multa em valor correspondente a 60 (sessenta) UFIRs.

Parágrafo Único. Na hipótese de reincidência, a multa a que se refere o *caput* será correspondente ao valor de 100 (cem) UFIRs.”

Sala das Comissões, em 19/08/08.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente em exercício
VALDIR ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO,
TURISMO E MERCOSUL
PROJETO DE LEI Nº 215/08

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 215/08, de autoria do Deputado Edgar Bueno que obriga hotéis, pensões e albergues a criar e manter cadastro de menores de 18 anos que se hospedarem no estabelecimento.

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, esta Comissão é chamada a se manifestar com relação ao mérito da matéria.

O presente projeto de lei é meritório, pois os índices de desaparecimento de crianças e adolescentes são alarmantes e têm-se necessidade de tomar medidas para coibir este tipo de ocorrência.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 18/08/08.

(aa) TERUO KATO - Presidente
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 208/08, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que dispõe que o SERASA, SPC e quaisquer outros órgãos de cadastro negativo sejam obrigados a retirar o nome do cidadão, após a confirmação do pagamento do débito. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CICTM. COM EMENDA DA CCJ. (Publ. no DA nº 052/08, de 14/05/08, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 208/08

P A R E C E R :

O projeto de lei sob análise nesta Comissão de Constituição e Justiça, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, dispõe o SERASA, SPC e quaisquer outras empresas de proteção ao crédito sejam obrigadas a excluir o nome do cidadão da relação de cadastro negativo, no prazo máximo de 48 horas contadas da confirmação do pagamento do débito.

A proposta legislativa tem por objetivo proteger o consumidor da inércia e morosidade das entidades de proteção ao crédito no que respeita ao cancelamento dos registro de restrição ao crédito, que permanecem pendentes mesmo após o pagamento da dívida e a devida comunicação do pagamento.

Sobre esta matéria a união, os estados e os municípios, concorrentemente, são titulares da competência legislativa, conforme definiu o legislador constituinte no artigo 24, inciso V e VIII da Magna Carta.

À união foi atribuída competência para edição das normas gerais que deverão reger as relações que envolvam direitos do consumidor. Tal competência foi exercida quando da edição do Código de Defesa do Consumidor, a Lei nº 8078/90.

Já os estados e municípios, suplementarmente, podem legislar para detalhar e, assim entendendo o legislador, melhor disciplinar o direito a ser protegido. Todavia, jamais poderão exorbitar da natureza suplementar da competência que lhes foi atribuída e que, como o próprio nome já traduz, não é plena e portanto não poderá contrariar as disposições da lei nacional no que concerne às normas gerais sobre a matéria.

Neste sentido a proposta para edição de lei estadual vem complementar as normas contidas no artigo 43 do Código de Defesa do Consumidor, trazendo ao consumidor paranaense mais uma garantia e instrumento de proteção ao seu crédito.

Sob este aspecto, sem reparos o projeto de lei. Não obstante, necessário lembrar que a lei que cria uma obrigação e não prevê a penalidade que deverá ser imposta na hipótese do seu descumprimento é inócua, porque não traz o elemento coercitivo e punitivo da norma. Para esse fim necessária emenda estabelecendo a punição a ser aplicada caso a norma venha a ser descumprida em prejuízo do consumidor deste estado. Tal previsão foi contemplada na emenda em anexo, do próprio autor, e que ora acolho.

Quanto aos mecanismo para a execução e fiel cumprimento da lei deverá o Poder Executivo, no exercício de seu poder regulamentar, defini-los.

Ante o exposto e respeitados os pressupostos constitucionais e legais para a elaboração legislativa, esta Comissão de Constituição e Justiça manifesta seu parecer favorável à proposta, na forma da emenda em anexo.

Sala das Comissões, em 01/07/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
VALDIR ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 208/08

Acrescenta o artigo 2º do Projeto de Lei nº 208/08, com a seguinte redação:

“Art. 2º As lojas ou empresas, que não informarem ao órgão de bancos de dados sobre o pagamento da

dívida efetuado pelo cliente, deverão pagar multa de 30% (trinta por cento) referente ao valor da dívida.

Parágrafo Único. A multa deverá ser paga ao cliente que não teve seu nome retirado, dentro do prazo, da relação de cadastro negativo.”

Sala das Comissões, em 01/07/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

Apoiamento:

Marcelo Rangel.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO,
TURISMO E MERCOSUL
PROJETO DE LEI Nº 208/08

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 208/08, de autoria do Deputado Marcelo Rangel que tem por objetivo dispor que o SERASA, SPC e quaisquer outros órgãos de cadastro negativo, sejam obrigados a retirar o nome do cidadão, após a confirmação do pagamento do débito.

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, esta Comissão é chamada a se manifestar com relação ao mérito da matéria.

O presente projeto de lei é meritório, pois visa acabar com o desconforto que possa vir a ocorrer com a demora da retirada do nome do cidadão.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 18/08/08.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente

ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Sr. Presidente, muito rapidamente, para encaminhar.

(Assentimento)

Só para dizer que, mesmo com o pagamento do débito, muitas vezes o SERASA ou o SPC continua com o nome do consumidor por muito tempo, seja, 30 dias, dois, três meses. Com esse projeto, o SERASA, terá que retirar o nome, depois do pagamento do débito, em 48 horas.

Era isso, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente encaminhado.

Está em discussão. Em votação. **Aprovado.**

Redação Final

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 017/08, de autoria da Comissão de Tomadas de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, mês de agosto de 2008, Resolução nº 003/04. **Aprovada. (Publ. no DA nº 109/08, de 09/09/08, em 1ª Discussão).**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 232/08, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que denomina rodovia Guilherme Kantor a Rodovia Estadual, PR-281, nos trechos que ligam Fluviópolis a Rio Claro, no município de São Mateus do Sul e Rio Claro ao município de Mallet. **Aprovada. (Publ. no DA nº 057/08, de 27/05/08, em Projetos de Lei).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 174/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que insere no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, o festival Lupaluna. **Aprovada. (Publ. no DA nº 037/08, de 23/04/08, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 152/08, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que institui no âmbito do estado do Paraná, o mês da Conscientização da Manutenção Preventiva de Veículos Automotores, e dá outras providências. **Aprovada. (Publ. no DA nº 033/08, de 15/04/08, em Projetos de Lei).**

Passamos agora a votar o Item nº 02 e o Item nº 01 da pauta. Trata-se de dois vetos extremamente similares, que autorizam o Poder Executivo a estadualizar rodovias municipais, sendo um de autoria dos Deputados Romanelli e Marcelo Rangel e outro de autoria do Deputado Luiz Accorsi.

Discussão Única (Proposições)

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 026/08, veto apostado ao Projeto de Lei nº 652/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a rodovia que liga o Ramal 7 à sede do distrito de São José do Ivaí, no município de Santa Isabel do Ivaí. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO (VOTAÇÃO NOMINAL).**

(O Projeto de Lei nº 652/07 encontra-se publicado no DA nº 106/07, de 05/09/07, em Projetos de Lei).

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 025/08, veto apostado ao Projeto de Lei nº 656/07, de autoria dos Deputados Luiz Claudio Romanelli e Marcelo Rangel, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada que liga a sede do município de Rebouças ao distrito de Marameleiro. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO (VOTAÇÃO NOMINAL).**

(O Projeto de Lei nº 656/07 encontra-se publicado no DA nº106/07, de 05/09/07, em Projetos de Lei).

Em discussão. Em votação.

Com a palavra o Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Sr. Presidente, antes de procedermos a votação, solicitaria a chamada nominal dos Srs. Deputados, uma vez que se trata de quórum qualificado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeito. Vamos ver se conseguimos o quórum para a votação desses dois vetos.

Solicito à 1ª Secretária que proceda à chamada nominal.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (Cida Borghetti)
(Procede à chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vai se proceder à votação.

Encerrada a votação. Vai se proceder à apuração.

Vinte e seis Deputados presentes, faltaram dois votos.

Não há quórum para a votação e apreciação dos vetos.

Requerimentos

Sobre a mesa, Requerimento nº 2401, de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2402, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2405 a 2410, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2411 e 2417, de autoria do Deputado Nelson Justus, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2414, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 025 e 026/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 208, 215 e 332/08.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 347/08.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Atas de Comissões

Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA,
ESPORTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove de agosto do ano de dois mil e oito, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia, sob a presidência do Deputado Péricles de Mello. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando à Ordem do Dia: Mensagem nº 023/08, Projeto de Lei nº 341/08, de autoria do Poder Executivo. Relatora Deputada Beti Pavin. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; e a Mensagem nº 024/08, Projeto de Lei nº 342/08, de autoria do Poder Executivo. Relator Deputado Teruo Kato. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Roberto Mistrorigo Barbosa, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente
Roberto Mistrorigo Barbosa - Secretário

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA,
ESPORTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis de agosto do ano de dois mil e oito, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia, sob a presidência do Deputado Péricles de Mello. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando à Ordem do Dia: Mensagem nº 026/08, Projeto de Lei Complementar nº 359/08, de autoria do Poder Executivo. Relator Deputado Teruo Kato. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO e comunicado o envio de correspondência aos membros do Conselho Universitário da UEL e aos Presidentes das Comissões de Sindicâncias, referente ao Protocolo nº 4759, efetivado pela ASUEL, ADUEL e DCE da Universidade Estadual de Londrina. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Roberto

Mistrorigo Barbosa, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente
Roberto Mistrorigo Barbosa - Secretário

Redação

COMISSÃO DE REDAÇÃO 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 50ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 020/08, 090/08, 326/07, 850/07, 192/08 e 250/08, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 51ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 274/08 e 287/08 e ao Projeto de Resolução nº 015/08, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de agosto do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão

de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Caíto Quintana apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 273/08, 285/08, 305/08 e 319/08, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior

COMISSÃO DE REDAÇÃO 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 53ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de agosto do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final ao Projeto de Lei nºs 316/08, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 54ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 023/08, 324/08, 325/08, 286/08, 326/08, 341/08 e 342/08, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária